

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro Centro de Ciências Sociais
Programa de Estudos de América Latina e
Caribe

Bolsista: Giovana da Silva Gouvêa

Linha de Pesquisa: Cultura política e a questão social no Brasil – Uma análise do Estado brasileiro no século XX e XXI

Período de Coleta: 01 de abril de 2024 até 30 de abril de 2024

Data da notícia: **01/04/2024**

Título: Anistia e má gestão dos governos civis sobre militares possibilitaram movimentos golpistas, diz professor

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/01/anistia-e-ma-gestao-dos-governo-civis-sobre-militares-possibilitaram-movimentos-golpistas-diz-professor>

Criada com o objetivo de ser “ampla geral e irrestrita”, a Lei da Anistia sancionada em 1979 foi politicamente enviesada e estabeleceu as bases para os movimentos golpistas que apoiaram o ex-presidente Jair Bolsonaro e culminaram na manifestação golpista de 8 de janeiro de 2023.

A avaliação é do professor de Teoria Política da UNESP e estudioso da história das anistias no Brasil, Paulo Ribeiro da Cunha. Para ele, a anistia de 1979 reflete o histórico de anistias ideologicamente norteadas e socialmente limitadas no país desde o início da República, em 1898.

“Os militares que foram anistiados no campo progressista e nacionalista foram reintegrados, mas nunca reincorporados, diferente dos militares de direita que sempre foram reintegrados nas Forças Armadas, e muitos continuaram golpistas. O marco histórico disso foi 1935 (ano da Intentona Comunista) e depois tivemos o movimento integralista de 1938 (tentativa de golpe do movimento de inspiração fascista criado no Brasil) e isso não alterou em 1979”, afirma. Ele lembra que, em 1979, a anistia “ampla” não alcançou os movimentos de militares

de patentes mais baixas e associados a causas progressistas e nacionalistas, o que só veio a ser discutido anos mais tarde.

“A anistia de 1979 tinha primeiro o pressuposto de crimes conexos, isto é, colocava no mesmo plano aqueles que foram perseguidos pela ditadura e os seus algozes torturadores e excluía uma parte dos militares, especialmente os praças e marinheiros”, explica. “Na perspectiva individual, os militares sempre conseguiram bloquear reconhecimento político da categoria, mas os marinheiros foram conseguindo em alguma medida serem reconhecidos anos mais tarde, até o governo Bolsonaro que começou a revisar e desanistiar alguns deles”, segue o professor.

De acordo com o professor, diferente de outros movimentos, no meio militar os movimentos políticos ligados à esquerda capitaneados pelos militares de baixa patente nunca foram reconhecidos como manifestações políticas mas, via de regra, são enquadrados como insubordinação.

“Muitos deles (militares progressistas e contrários ao golpe de 64) foram barbaramente torturados, expulsos das Forças Armadas por atos administrativos. Não tiveram o direito à anistia porque não eram reconhecidas suas lutas dentro do contexto de defesa da legalidade como manifestações políticas, e sim transgressões disciplinares. Eles só vieram começar ganhar anistia bem depois, nas últimas anistias e na Constituinte de 1988”, explica.

Anistiados participaram de golpe em 64

Paulo Ribeiro da Cunha fez um estudo sobre todas as anistias no país, desde 1898 até 1979 para constatar que, via de regra, as Forças Armadas tendem a perdoar e reincorporar em suas fileiras os militares de patentes mais altas envolvidos em movimentos políticos e manifestações ligadas à direita. Já em relação aos militares, sobretudo os de baixa patente, associados a movimentos progressistas e até mesmo nacionalistas enfrentam até hoje mais dificuldades para terem suas anistias completamente validadas e serem reintegrados por exemplo.

Um dos pontos que o professor chama a atenção e que ele utiliza para endossar sua tese são justamente dos movimentos golpistas ligados à direita que existiam no país antes de 1964 e que foram anistiados, possibilitando vários dos articuladores dessas tentativas de voltarem ao poder a partir de 1964.

Este foi o caso, por exemplo de duas revoltas organizadas por setores da Aeronáutica ocorridas no governo de Juscelino Kubitschek: a de Jacareacanga (1956) e de Aragarças (1959). A primeira foi a tomada de uma base militar na cidade de Jacareacanga, no interior

do Pará, por militares que acusavam JK de querer transformar o Brasil em um país comunista. Já a segunda foi organizada por algumas das lideranças de Jacareacanga que haviam sido anistiadas e previa, com os mesmos argumentos, bombardear os palácios das Laranjeiras e do Catete, no Rio de Janeiro.

Em artigo sobre as anistias no país, o professor resume o desfecho dos dois episódios: “Em ambas revoltas, os rebelados ficaram isolados politicamente e face à iminente derrota, optaram pelo exílio. Juscelino Kubistchek anistiará os primeiros rebelados bem pouco tempo depois, e, os últimos, seriam contemplados pela anistia de 1961. Não houve para eles prejuízos maiores em suas carreiras, sendo que, muitos deles chegariam ao generalato e alguns atualmente fazem parte da lista de torturadores (de 1964)”, afirma o texto.

Na outra ponta, os militares que encamparam movimentos progressistas e nacionalistas, como os que participaram da campanha O Petróleo É Nosso, que permitiu a criação da Petrobras, foram duramente perseguidos. No contexto da Guerra Fria, mesmo aqueles militares nacionalistas que não eram propriamente de esquerda foram perseguidos e, segundo Paulo Cunha, passam até hoje por dificuldades para terem suas anistias reconhecidas.

“No Clube Militar, a diretoria toda foi exilada em guarnições distantes do Rio de Janeiro e o acirramento da campanha anticomunista nas forças armadas, que atingia desde comunistas de fato a oficiais progressistas e nacionalistas indiscriminadamente, resultando na prisão de cerca de mil militares, a imensa maioria sargentos, muitos deles expulsos”, afirma o professor em seu estudo.

“Quanto aos oficiais de esquerda e nacionalistas, praticamente todos tiveram suas carreiras abortadas, e a maioria das promoções ocorreu por antiguidade. Quanto aos sargentos processados, muitos deles foram absolvidos, mas não foram reintegrados às Forças Armadas e alguns somente conseguiram ser anistiados recentemente, quase 60 anos depois”, segue o artigo

Governos civis e a postura militar

Mais do que um histórico de anistias enviesadas, o professor faz uma avaliação crítica da postura dos governos civis pós-ditadura que, na visão dele, não souberam lidar corretamente com os militares o que possibilitou a retomada do protagonismo deles no governo Bolsonaro e a tentativa golpista tramada em 2022.

“Desde o governo Fernando Henrique Cardoso e mesmo o governo Lula, possibilitou aos militares ainda cultivarem que são tutores, que estão acima da pátria e das leis civis. Os

militares cultivaram isso, embora em alguma medida estiveram presentes no processo histórico, mas nunca deixaram de ter essa autovalorização”, afirma. Em várias ocasiões, durante os governos civis, os militares não foram punidos ou mesmo seguiram ocupando espaços e atribuições que poderiam ser feitas por civis.

O próprio Ministério da Defesa, por exemplo, tem até hoje parcela significativa de seus quadros composta por militares, deixando os debates sobre Segurança Nacional concentrados na visão deles, com pouca margem para atuação de lideranças civis ou de especialistas de fora do meio militar. Além disso, não faltam exemplos de episódios nos quais os militares não foram devidamente repreendidos pelos governos civis. Um dos mais emblemáticos episódios foi um discurso do então comandante do Comando Militar do Leste, Hamilton Mourão, em 2015.

Mesmo proibido de se manifestar politicamente enquanto militar da ativa, na palestra, Mourão afirmou que a saída da presidente Dilma não mudaria o “status quo”, mas que a “vantagem da mudança seria o descarte da incompetência, da má gestão e da corrupção”. Nos slides da palestra, Mourão apresentou mensagens como “mudar é preciso” e falou em “despertar para a luta patriótica”. Ele acabou deixando a chefia do Comando Militar do Leste mas, mesmo sob o governo Dilma Rousseff, não sofreu nenhuma punição administrativa.

Além deste cenário, Paulo Ribeiro da Cunha avalia que os próprios partidos políticos no país têm dificuldades de lidar com os militares e com os temas de Defesa Nacional. “Muita gente joga a culpa em Bolsonaro, na perspectiva de setores que se alinham a ele e esquece a debilidade dos partidos políticos. Os partidos, em geral, tem dificuldade de lidar com a questão militar, a questão da segurança pública. Veja o Congresso Nacional, quantos parlamentares estão presentes na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que, de fato, conhecem sobre o tema?”, questiona o professor.

Para o professor, a maioria dos congressistas não vê a importância estratégica da comissão e enxergam ela apenas do ponto de vista eleitoral como pouco interessante.

Neste contexto, ele faz um paralelo com a situação atual do país e diz esperar que as investigações sobre o golpismo do 8 de janeiro levem, de fato, à punição de militares envolvidos de todas as patentes, rompendo assim com a tradição história das anistias dadas a militares no Brasil

“Sem essa gradação (poupando os militares de alta patentes) nós teremos o retorno dessas práticas ao longo dos anos subsequentes e perderemos mais uma oportunidade de ter os militares enquanto componente de um projeto de nação para sermos sempre ameaçados

por eles, ou por setores deles juntos com os civis, de baterem sempre nos quartéis, serão novas vivandeiras dos quartéis com a certeza clara de que serão impunes”, afirma.

Data da notícia: **02/04/2024**

Título: Liderança Krenak pede demarcação como forma de reparar crimes da ditadura: 'Nosso povo está doente'

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/02/lideranca-krenak-pede-demarcacao-com-o-forma-de-reparar-crimes-da-ditadura-nosso-povo-esta-doente>

No marco dos 60 anos da ditadura militar, o Estado brasileiro pode reconhecer pela primeira vez na história sua culpa na perseguição, tortura e morte de indígenas durante a ditadura militar. Nesta terça-feira (2), será julgado na Comissão da Anistia o pedido de perdão inédito referente aos casos de violações cometidos contra o povo Guarani-Kaiowá e ao povo Krenak.

Em entrevista ao Brasil de Fato, a liderança indígena Geovani Krenak pontua que o julgamento é histórico pois é o reconhecimento de um direito coletivo por parte do estado brasileiro.

“Tentaram exterminar nosso povo pelo fato da gente ser indígena, da gente ser Krenak”, coloca o jovem, que é vereador no município de Resplendor (MG).

Dentre os episódios que marcam os ataques contra o povo Krenak durante a ditadura estão o deslocamento forçado, criação da Guarda Rural Indígena (Grin) e a instalação do Reformatório Krenak, presídio construído dentro do território indígena em Resplendor (MG) e que violentou representantes de 23 etnias.

O local foi classificado no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) como “instalação prisional pela Funai e local de tortura, morte e desaparecimento forçado de indígenas”. Para Geovani, a definição é que o espaço se assemelhava a um campo de concentração dentro do próprio espaço sagrado do povo Krenak.

“Reformatório krenak é uma forma muito singela de se falar que era um campo de concentração. Assim como no nazismo aconteceu com os judeus, foi feito talvez pior com o povo Krenak aqui. Não tinha nada de reformatório. Isso é uma forma de amenizar um local de tortura, um local de práticas desumanas”, pontua Geovani.

“Quando a gente passa lá, olha para o presídio onde meu pai ficou preso, onde ele foi amarrado e arrastado por um cavalo como exemplo para outras crianças. Aonde o meu avô foi preso, torturado e depois foi exilado em outra aldeia indígena. Então, assim, as marcas são inúmeras. E talvez também a inação do estado brasileiro em reconhecer os crimes que cometeram, talvez seja o que nos traz mais revolta”, completa a liderança.

A reparação coletiva para o povo Krenak é defendida pelo Ministério Público Federal (MPF) desde 2015. O pedido de reparação foi indeferido em 2022 na gestão de Jair Bolsonaro (PL), após ficar parado na Comissão de Anistia durante os governos de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB).

Em março de 2023, porém, uma mudança no regimento interno da Comissão de Anistia permitiu o julgamento: antes somente era possível conceder reparações individuais às vítimas da ditadura. A revisão de decisões antes consideradas indeferidas, como o caso dos Krenak, também foi outra alteração no regimento da comissão.

Além do pedido de reparação à Comissão de Anistia, o MPF move uma Ação Civil Pública contra a União, o estado de Minas Gerais e contra o major reformado da Polícia Militar de Minas Manoel dos Santos Pinheiro, considerado pela CNV o responsável direto responsável direto pelo Reformatório Krenak e pelo recrutamento de indígenas para a Guarda Rural Indígena (Grin). Ele morreu em 20023 sem ser condenado por seus crimes.

“A gente tá talvez criando um movimento de vanguarda, para que sejam assistidos esses parentes que também foram exilados, torturados e mortos durante todo período da ditadura militar. Então a gente espera que esse julgamento ele de fato comece para os povos indígenas”, explica Krenak.

A liderança indígena ainda pontua a importância da demarcação do território de Sete Salões como uma resposta às violações e à invasão do território Krenak durante a ditadura por parte de fazendeiros.

“O nosso povo está doente, por conta de tudo que está acontecendo, o processo do regime militar, o processo de morte do nosso sagrado. Então a gente precisa reunir forças pra poder continuar lutando. E isso passa muito pela demarcação da nossa terra”, finaliza.

Confira a entrevista completa:

Brasil de Fato: Pela primeira vez na história, poderá ser concedida anistia de forma coletiva dentro da Comissão de Anistia. Qual a importância do julgamento desta terça-feira (2) para o povo Krenak?

Geovani Krenak: A decisão é histórica pelo fato de que o estado brasileiro está dando sinais de que tudo que o governo cometeu na época da ditadura através das instituições, através de pessoas, será julgado. Então, é histórico porque é o reconhecimento de um direito coletivo. Por mais que a gente tenha na Constituição, resguardado no artigo 232, que o estado reconhece as organizações indígenas, o modo de vida das populações indígenas, no dia dia, em tudo que a gente vivenciou, ainda não.

Então é histórico porque está se reparando direitos coletivos de um povo que foi exterminado, perseguido, exilado e morto. E é o primeiro caso de de um julgamento coletivo após a mudança do entendimento da comissão de anistia. Então, o povo aguarda com muita ansiedade esse julgamento e espera que de fato seja histórico nos direcionamentos. É histórico se de fato, tudo aquilo que a gente sofreu na época da ditadura seja reparado

Geovani, a gente pode falar um pouco mais sobre essa mudança na regulação que tornou possível esse julgamento coletivo ser feito. Isso pode ser considerado uma conquista para os povos indígenas?

É interessante a gente conversar sobre isso, porque a comissão da anistia foi criada para reparar os perseguidos durante o regime militar, mas ela exclui os povos originários. Nosso povo foi removido coletivamente, foi perseguido por falar a língua. Como não olhar para isso dentro da comissão, inclusive na lei de anistia. A gente está indo para esse julgamento, e a gente vai sugerir uma mudança na lei de anistia. Ela precisa olhar o que a gente sofreu, porque a Constituição reconhece, reconhece o nosso modo de vida, reconhece a nossa organização. Como que a comissão de anistia leva tanto tempo para colocar o caso dos perseguidos coletivamente? então, a gente, inclusive, foi marginalizado durante todo esse processo.

Além da questão Krenak, tem uma questão dos povos originários. A gente tá talvez criando um movimento de vanguarda, para que sejam assistidos esses parentes que também foram exilados, torturados e mortos durante todo período da ditadura militar. A gente espera que esse julgamento comece para os povos indígenas, porque a anistia, a lei da anistia, não está de acordo, inclusive com a Constituição.

Estamos levando também essa exigência do povo Krenak de reparar economicamente, culturalmente, socialmente, e de uma forma abrangente. A gente não espera que haja uma reparação simbólica. De simbolismos nosso povo já está por aqui.

A gente espera uma reparação completa, concreta, e a partir de um momento que a gente consiga também olhar para os povos que foram muito massacrados, muito perseguidos, mas que só estão colocados nesse processo o povo indígena Krenak e o povo Guarani. A gente espera de fato criar uma legislação onde a gente consiga olhar para os povos indígenas do Brasil no que diz respeito à comissão de anistia.

Nas suas entrevistas, você situa que ao longo da história houveram dois processos de quase extinção do povo Krenak. Você poderia delimitar quais foram esses períodos?

Olha, na verdade a gente está também em um momento hoje de tentativa de massacre e de extinção da nossa cultura, uma vez que a gente teve um crime ambiental, talvez o maior crime da história do nosso povo e do nosso país, com relação a morte do Watu, nosso rio sagrado. Mas a gente pode pontuar guerras que foram emblemáticas, como a guerra justa de 1808 declarada por Dom João Sexto, que mandava matar e exterminar os botocudos, que é um termo pejorativo a qual eles se referiam ao meu povo. Quando eles começaram a adentrar por esses vales, encontrou nosso povo e nosso povo nunca aceitou a destruição das matas, nunca aceitou essa forma de como eles vinham chegando. Então esse é o momento em que onde o nosso povo foi quase terminado por completo. Mas a gente conseguiu sobreviver e conseguimos nos organizar.

Aí a gente entra já no período do Brasil onde tem as mineradoras, como a Vale, entrando num território e, conseqüentemente, o período do regime militar. Eu posso pontuar que foram os dois períodos de tentativa de extermínio legalizado pelo estado brasileiro. Em um momento, lá em 1808 e depois, na época da ditadura. Então foram os 2 períodos que o nosso povo escapou por pouco do extermínio. São dois períodos muito difíceis da gente lembrar e que a gente ainda tem marcas de crimes ambientais e também de crimes contra a pessoa humana, contra o indígena.

Agora entrando mais especificamente no período do regime militar. Eu queria que você falasse um pouco quais são as marcas da ditadura que ainda estão presentes entre o povo krenak?

Olha, ainda causa muita dor esse período. Tentaram exterminar nosso povo pelo fato da gente ser indígena, da gente ser Krenak. Nosso povo sofreu porque a gente nunca negou, nem mesmo sobre as armas, sobre imposição, sobre as ameaças, a gente nunca deixou de falar que nós éramos e que nós somos e que a gente vai continuar sendo Krenak. Então isso trouxe também consigo outras táticas de extermínio, que era o exílio, que era a proibição de falar a língua Krenak, a língua borun, que é do tronco macro-jê. A gente era

proibido de falar. Até hoje alguns velhos, nosso povo que sofreu nesta época, ainda têm dificuldades para ter liberdade de falar da forma que a gente deve falar. Já tivemos projetos para poder organizar isso em nossa aldeia.

Tem o presídio que foi construído dentro da nossa aldeia, perto da onde a gente tomava banho. Quando a gente passa lá onde a gente tomava banho, a gente olha para o presídio onde meu pai ficou preso, onde ele foi amarrado e arrastado por um cavalo como exemplo para outras crianças. Aonde o meu avô foi preso, torturado e depois foi exilado em outra aldeia indígena. Então, assim, as marcas são inúmeras. E talvez também a inação do estado brasileiro em reconhecer os crimes que cometeram, talvez é o que nos traz mais revolta. Porque nós temos as leis, nós temos os tratados ratificados no Brasil, como a convenção 169, nós temos vários tratados internacionais que falam dos direitos dos povos originários e que, mesmo com ação civil pública, com artigos pré estabelecidos na Constituição, a gente vê ainda uma certa distância do estado brasileiro em tentar reparar e criar políticas públicas de atenção a esses povos que sofreram tanto na ditadura, assim como grande parte da população.

Então, é revoltante e muito forte essas táticas que aconteceram na época do regime militar e a gente vê, de uma outra forma, acontecendo agora também. Para você ver, só depois de 30 anos é que foi reconhecida a possibilidade de um julgamento coletivo na comissão de anistia. Então isso também é doloroso para o povo Krenak. Então a gente espera que com esse julgamento a gente comece de fato a reparação mesmo, porque ela ainda não aconteceu.

Geovani, há levantamentos que evidenciam um total de 23 povos indígenas com representantes presos e torturados dentro do reformatório Krenak. Muitas pessoas classificam esse espaço como um campo de concentração dentro de um território indígena. A gente pode definir dessa forma?

Reformatório Krenak é uma forma muito singela de se falar que era um campo de concentração. Assim como no nazismo aconteceu com os judeus, foi feito talvez pior com o povo Krenak aqui. Não tinha nada de reformatório. Isso é uma forma de amenizar um local de tortura, um local de práticas desumanas. A aldeia indígena Krenak é um local sagrado, mas esse reformatório é o lugar que causa medo onde foi construído esse presídio.

Ao mesmo tempo que nós temos um local sagrado onde a gente nasceu, onde a gente foi criado, onde a gente pesca, planta e cria os nossos filhos, é um local onde tem um presídio onde essas torturas ainda assombram nosso povo Krenak. Então é muito antagônico ter no mesmo local um local abençoado e sagrado, e também um que nos causa espanto.

Nós temos ainda as ruínas desse presídio e é um local que as vezes a gente evita até olhar quando está passando. Eu não sofri na época, mas meu pai sim, o meu avô, torturas físicas. Estas coisas na memória ainda causam espanto, porque olho para o local onde estou passando e vejo que foi ali que meu pai foi perseguido por ser Krenak, por falar o idioma nativo, por querer brincar e nadar nas águas do Rio Doce. Era esse o motivo de tortura. Então é esse local que a gente está falando.

Inclusive outros parentes vinham para cá, cumpriam pena por às vezes somente sair do território por brigas internas de parentes. Vinham para cá, ficavam presos, às vezes morriam e às vezes caíam e não tinha como retornar para as suas aldeias. É desse lugar que a gente está falando. Às vezes é difícil a gente lembrar disso com os parentes mais velhos, porque ainda está muito vivo. É muito recente. Inclusive a gente está com dificuldade de levar os parentes para poder acompanhar o julgamento. Então é desse local que a gente fala, onde foram torturados não só o povo Krenak, mas os parentes de outras aldeias. As práticas de tortura eram as mais horríveis, dá muita revolta ainda nos dias de hoje.

Para encerrar nosso último tema relacionado a ditadura e o povo Krenak. A gente percebe que além dos processos de violência e tortura, o regime militar também foi um período marcado pela invasão de fazendeiros dentro do território indígena em Resplendor (MG). Uma das formas de reparação que o povo Krenak reivindica é a demarcação do território de Sete Salões. Gostaria que você falasse sobre a importância desta demarcação e como se deu o processo de invasão das terras Krenak?

Durante o processo de ditadura, a gente teve essa invasão do nosso território. Isso é algo que acontece desde sempre, principalmente nos territórios indígenas. Mas a época da ditadura foi crucial para poder de fato determinar isso. O nosso território foi invadido, parte dele destruída. Tanto é que em 1997 o governo estadual decreta o parque estadual dos Sete Salões. É onde tinha um pouco de mata, o governo decreta parque, mas deixa com os fazendeiros. Já tem estudos desde 1920 da reivindicação do povo Krenak a respeito desse território, que tem as lutas sagradas, os nossos cemitérios sagrados. E que tem água. A gente pode ir nas minas de sete salões e beber água com a mão. Daqui a um tempo eu acho que isso vai ser cada vez mais difícil. A gente pode fazer isso lá nos sete salões.

E é o local do povo Krenak que aqui se pode fazer as práticas culturais, uma vez que o nosso rio foi destruído, foi contaminado. Então esse julgamento é histórico também porque ele reconhece e prevê o reconhecimento do estado brasileiro de que o povo Krenak foi torturado, massacrado, exilado, ou seja, a gente foi retirado do nosso território de origem.

Isso passa pra gente é muito importante para poder intensificar nossa luta junto com o estado. É preciso devolver o nosso território. Não é demarcar, é preciso devolver nossa terras. Temos um processo parado na Funai, onde a gente quer que o mínimo seja cumprido. A gente não está querendo nada que seja de ninguém, uma vez que hoje é um parque estadual. Já nem é dos fazendeiros, porque o governo já sabe que aquilo é um território indígena.

A gente espera que esse território seja devolvido antes que acabe nossas águas, acabe nossas grutas sagradas. Hoje há um turismo predatório onde as pessoas estão indo lá e acabando com nossas pinturas rupestres. Isso é inadmissível para o nosso povo Krenak. São pinturas sagradas. Então a gente tem muita esperança que isso caminhe para que a gente possa se proteger.

A gente protegendo Sete Salões é proteger algo espiritual para o povo Krenak, é perpetuar nossa cultura. Como eu te disse, está pré-estabelecido na Constituição, a gente não tá querendo nada que seja inovador, a gente só quer o cumprimento da lei, nada mais do que isso, exigindo a demarcação imediata de sete salões

Tem alguma coisa que eu não perguntei você gostaria de acrescentar?

Eu queria que ficasse enfatizado nesse bate papo nosso essa principal luta que é a demarcação da nossa terra. Tem outras coisas. Tem reparação, tem pedido de desculpas, mas o nosso povo só tem condições de lutar futuramente com o nosso território. O nosso povo está doente, por conta de tudo que está acontecendo, o processo do regime militar, o processo de morte do nosso sagrado. Então a gente precisa reunir forças pra poder continuar lutando.

E isso passa muito pela demarcação da nossa terra, pra gente praticar o nosso ritual sagrado, pra gente poder voltar a fazer coisas que eu fazia quando era mais jovem. Nadar. Olha você, que coisa tão simples. Meus filhos não podem. E a gente não pode fazer isso. Então a demarcação de Sete Salões irá fortalecer nosso povo mais uma vez para que a gente continue brigando não só por direitos nossos como povos indígenas, mas de todos que precisam do meio ambiente minimamente equilibrado.

Data da notícia: **04/04/2024**

Título: Estudo sabotado por Bolsonaro revela contaminação por mercúrio de indígenas Yanomami

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/04/estudo-sabotado-por-bolsonaro-revela-contaminacao-por-mercúrio-de-indigenas-yanomami>

Um estudo da Fiocruz que o governo Jair Bolsonaro (PL) tentou sabotar foi disponibilizado nesta quinta-feira (4) e revelou uma clara associação entre garimpo ilegal e contaminação por mercúrio na Terra Indígena (TI) Yanomami. A situação atinge principalmente mulheres grávidas e crianças.

"Estamos diante de uma tragédia. Não tem outra palavra para definir. E essa tragédia tem múltiplos impactos que se estendem por distintas áreas da vida dos povos tradicionais", disse ao Brasil de Fato o médico Paulo Basta, pesquisador da Fiocruz.

Entre os impactos estão índices alarmantes de anemia, malária e desnutrição crônica, sobretudo em gestantes e crianças. O mercúrio usado na separação do ouro foi encontrado em 100% dos quase 300 indígenas examinados, com maior índice de contaminação em aldeias próximas a garimpos.

"Nos casos graves de exposição crônica ao mercúrio, muitas vezes a mãe não consegue levar a gravidez até o final, sofrendo abortos de repetição. Quando ela consegue dar à luz e está com altos níveis de mercúrio, a criança pode nascer com deformidades congênitas, síndromes genéticas diferentes, paralisia cerebral, entre outros problemas", revela o pesquisador.

O estudo também constatou:

- Apenas 15,5% das crianças com vacinas em dia
- Desnutrição aguda em mais da metade de menores de 11 anos
- Anemia em 25% das crianças até 11 anos
- Mais de 80% tiveram malária pelo menos uma vez, com média de três contaminações por pessoa.
- 80% das crianças com déficit de altura, indicando desnutrição crônica

QI de crianças abaixo da média

Paulo Basta explicou que o metal pesado passa pela placenta da mãe para o bebê. Crianças Yanomami que nasceram aparentemente saudáveis apresentam desenvolvimento intelectual comprometido.

"Quando uma mulher gestante come um peixe contaminado, o mercúrio é absorvido no trato gastrointestinal, cai na corrente sanguínea, é distribuído por todo o corpo e, por intermédio da placenta,, chega até o feto que está em desenvolvimento", explicou Paulo Basta.

Testes adaptados à cultura dos indígenas indicaram que o Quociente de inteligência (QI) médio das crianças foi de 68, abaixo do valor médio geral previsto em testes deste tipo, que é 100. Segundo o estudo, muitas dessas crianças apresentaram inteligência considerada limítrofe, mediana ou inferior. Em uma das aldeias, apenas uma criança apresentou QI mediano.

"A criança que tem atrasos nos marcos do neurodesenvolvimento vai, por exemplo, demorar a sentar, a sustentar a cabecinha, a engatinhar, a dar os primeiros passos, a falar as primeiras palavras. Ela não vai brincar do mesmo jeito que as outras crianças brincam, vai ter dificuldade de aprendizado, vai receber bilhetinhos do professor dizendo que não está seguindo as orientações na escola", exemplifica o médico da Fiocruz.

Governo Bolsonaro tentou interditar pesquisa

A pesquisa liderada pelo Fiocruz foi realizada em outubro de 2022 com indígenas Yanomami do subgrupo Ninam. Equipes formadas por médicos, biólogos e geógrafos visitaram nove aldeias no Alto Rio Mucajaí, uma áreas mais afetadas pelo garimpo ilegal.

Um ano antes, em outubro de 2021, os pesquisadores solicitaram autorização para ingressar na TI Yanomami, mas foram barrados pela Funai. A justificativa do órgão indigenista foi a pandemia de covid-19, embora a equipe integrada por nove médicos estivesse lá para atuar justamente na área da saúde.

"Foi uma manobra política clara de sabotagem que prejudicou nosso trabalho e inviabilizou a avaliação da população naquele momento", avaliou Paulo Basta.

O médico da Fiocruz diz que negativa da Funai causou indignação e frustração na equipe, que já estava mobilizada para ingressar na TI Yanomami. Segundo ele, é possível que os dados fossem ainda mais graves se a pesquisa fosse realizada dentro do calendário original.

"Com o fim do do decreto da pandemia, em abril de 2022, nós ingressamos novamente com um pedido. E aí a Funai não teve como negar novamente", lembrou.

Desde janeiro de 2023, uma força tarefa interministerial afirmou ter expulsado 65% dos invasores, mas 7 mil garimpeiros seguem no território, muitos ligados a facções criminosas. O governo federal também criou um centro de operações voltado ao território e instituiu uma casa de governo em Boa Vista (RR).

"Crianças nascem sem braços", diz líder Yanomami

Dário Kopenawa, vice-presidente da Hutukara Associação Yanomami, disse ao Brasil de Fato que, os garimpeiros continuam a invadir a terra indígena, embora reconheça mudanças entre os governos Bolsonaro e Lula.

"O novo governo [Lula] pegou a situação [da TI Yanomami] com muito problemas. Tinha muitas doenças, muito garimpo. O governo queria a proteger a população Yanomami, principalmente as crianças, principalmente eliminar o garimpo ilegal. Então isso ele não conseguiu fazer", avaliou Dário.

Kopenawa diz que o garimpo ilegal não só prejudica a saúde, mas também causa problemas sociais graves, como aumento do alcoolismo, prostituição e violência. Os jovens Yanomami são atraídos pelos garimpeiros com oferta de álcool, armas e celulares, comprometendo a coesão cultural e social das comunidades.

"As crianças nascem sem braços, já está acontecendo isso. As mulheres estão com problema de infecção urinária e outros sintomas. [O garimpo] está afetando os problemas de cabeça, neurológicos, que estão [deixando os indígenas] meio perturbados. Outras crianças já morreram", narra Dário Kopenawa.

Efeitos do mercúrio não sumirão com os invasores

Todos os 287 indígenas testados tinham mercúrio no organismo: 84% tinham níveis de contaminação acima de 2 microgramas e quase 11% apresentaram mais de 6 microgramas, índice considerado alto que requer atenção especial e investigação complementar.

Atualmente a região onde ocorreu o estudo serve como reduto de garimpeiros armados que desafiam a operação de expulsão liderada pelo governo federal, que começou em janeiro de 2023, mas até agora não conseguiu concluir a retirada dos invasores.

"Se hoje nenhuma gota de mercúrio for despejada na terra Yanomami, nós teremos que manejar todos esses efeitos por pelo menos um século. Ele pode permanecer no ambiente sob diferentes formas por até 100 anos", explica Basta.

O estudo é intitulado Impacto do mercúrio em áreas protegidas e povos da floresta na Amazônia: uma abordagem integrada saúde-ambiente. Os trabalhos foram conduzidos pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), em parceria com a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), que contou com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA).

Trabalho ininterrupto, diz Ministério dos Povos Indígenas

Em comunicado enviado ao Brasil de Fato no início de março, o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) declarou que o Ibama atua ininterruptamente na TI Yanomami desde fevereiro de 2023.

"As principais linhas de ação para acabar com o garimpo ilegal são o bloqueio do fluxo de suprimentos para a mineração ilegal (combustível, alimentos, peças de reposição etc.), com o objetivo de inviabilizar a permanência dos garimpeiros e a apreensão e destruição da infraestrutura para mineração ilegal (aeronaves, motores, barcos, acampamentos, equipamentos etc.), com o objetivo de descapitalizar e incapacitar os infratores", disse o MPI.

Data da notícia: **05/04/2024**

Título: Justiça Federal pode leiloar território indígena Pataxó em Porto Seguro (BA) para bancar multas de empresário

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/05/justica-federal-pode-leiloar-territorio-indigena-pataxo-em-porto-seguro-ba-para-bancas-multas-de-empresario>

Neste abril indígena, uma área ocupada há séculos pelo povo Pataxó pode ir a leilão. A venda pode ser promovida pela Justiça Federal para pagar multas ambientais de um empresário baiano. A longa e complexa história é mais um capítulo na disputa por terra e território no extremo sul da Bahia ainda vivenciada pelos povos indígenas no local dos primeiros contatos com os portugueses. Aliás, neste capítulo, o personagem acusado de grilar terras indígenas também é um cônsul honorário de Portugal no Brasil.

De acordo com documentos da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), há registros históricos de ocupação do povo Pataxó no território da Lagoa Doce pelo menos desde o início do século 19. Há algumas décadas, no entanto, o empresário e cônsul honorário Moacyr Costa Pereira de Andrade entrou em disputa com o povo Pataxó pelo território, afirmando que esta área faz parte da Fazenda Itaquena, de sua propriedade.

Desde o final de 2023, a fazenda está indicada pela Justiça Federal para ser leiloada no âmbito de um processo de execução de multas ambientais contra Andrade. As multas devidas ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) somam cerca de R\$ 36 milhões. A fazenda foi avaliada, em 2020, em R\$ 82,8 milhões.

Multas ambientais e leilão

Kâhu Pataxó, presidente da Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia (Finpat), afirma que o povo Pataxó já vem há meses questionando a validade desse leilão. "Essa área é de uma riqueza ambiental gigante! A gente não compreende como que, para pagar por um crime ambiental, se comete outro crime ambiental e ainda um crime encontra um povo", afirma.

Ele explica que o povo Pataxó já notificou a Justiça Federal de que existe uma comunidade indígena que ocupa tradicionalmente o território. Também solicitaram à Funai que dê prosseguimento ao processo de demarcação, bem como ingresse como parte no processo contra o empresário Moacyr Andrade, uma vez que é responsabilidade do órgão defender os interesses dos povos indígenas.

O coordenador da Funai na região sul da Bahia, Aruã Pataxó, informou que desde o ano passado o escritório vem acompanhando o caso, tendo realizado duas visitas técnicas ao local. "E ainda essa semana uma equipe nossa também vai no local para poder fazer a qualificação da área, pegar todas as informações e também fazer a informação técnica e enviar para a presidência da Funai e para a Procuradoria Especializada para fazer a defesa judicial", acrescenta.

O coordenador da Funai na região disse ainda que há, inclusive, um pedido de reintegração de posse do território da Lagoa Doce feito pelo empresário Moacyr Andrade. "É uma situação bastante complexa, com diversos interesses. E as comunidades indígenas, em todo esse processo, não foram ouvidas", lamenta.

A comunidade Pataxó aponta ainda para a ausência do Ministério Público Federal (MPF) atuando no processo, uma vez que tal órgão tem como uma de suas funções a defesa dos direitos coletivos dos povos indígenas. Procurado pelo Brasil de Fato Bahia, o MPF informou

que recebeu, nesta semana, uma representação sobre o assunto protocolada pelo gabinete da deputada federal Célia Xakriabá (Psol).

"O documento já havia sido encaminhado com urgência para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1). No âmbito do MPF, será feita a distribuição e, em seguida, um(a) procurador(a) da República fará a análise preliminar das informações relatadas e definirá os próximos passos, o que pode significar a instauração de um inquérito, o arquivamento do caso ou outras medidas cabíveis", informou por meio de sua assessoria de comunicação.

Processo de execução

Diante da ausência da atuação dos órgãos federais, uma das famílias Pataxó que mora no território Lagoa Doce constituiu um advogado para defender os interesses indígenas no processo. O advogado Adam Cohen Poleto contesta a decisão da Justiça Federal em primeira e segunda instância em manter o leilão mesmo após receber a contestação da comunidade indígena.

"O juiz [Pablo Baldivieso, da Subseção Judiciária em Eunápolis] não poderia permitir o leilão de uma área que tem uma ação declaratória de posse em curso na mesma Vara em que ele é presidente do processo de execução", acredita Poleto. Para ele, isso demonstra um risco de parcialidade do magistrado.

Ele explica que ainda não há data marcada para o próximo leilão, e antes que isso ocorra, deve recorrer da decisão da primeira instância em manter a venda. Em uma tentativa de interromper o processo no TRF1, o desembargador responsável pelo julgamento afirma em sentença que o eventual arrematante da área vai ter que "suportar a herança do problema possessório da terra".

"Ou seja, quem arrematar teria que ingressar com uma ação contra os indígenas. Então, a insegurança jurídica colhida nessa decisão do próprio TRF é muito grande. Não estamos acreditando que isso vá permanecer", afirma o advogado.

Território indígena

O território Lagoa Doce tem aproximadamente 200 hectares e está localizado entre a Barra do Rio Saruê e a Barra do Rio dos Frades, próximo ao povoado Itaquena, no município de Porto Seguro (BA), região da chamada "Costa do Descobrimento". Ele faz parte de um território maior que está intimamente ligado à dinâmica de vida do povo Pataxó na região de Porto Seguro.

O coordenador do Finpat, Kâhu Pataxó, conta que, ao longo da história, era comum que os Pataxó do território Barra Velha, ao sul da Lagoa Doce, fizessem deslocamentos sazonais para a sede do município de Porto Seguro, via Costa. Esse trajeto inclui paradas para descanso e alimentação em Itaquena, na comunidade da Lagoa Doce, no território Imbiriba e na Aldeia Velha.

Imbiriba é um território já demarcado, Barra Velha e Aldeia Velha estão aguardando apenas a homologação da demarcação. "Com relação ao território de Itaquena, ainda está num procedimento inicial. A gente já vem colocando há muito tempo a necessidade de adiantar aquela demarcação", diz.

Há registros históricos que apontam a ocupação e presença indígena Pataxó naquele local pelo menos desde o século 19. Entre 1815 e 1817, em viagem ao Brasil, o príncipe austríaco Maximiliano de Wied-Neuwied relata em seus diários e cartas a presença Pataxó no território reivindicado pelo empresário baiano Moacyr Andrade.

Atualmente, há duas grandes famílias que moram no local, utilizado como passagem nos trajetos nômades do povo Pataxó. "As duas famílias ficaram ali responsáveis. Toda a passagem que a gente fazia, era naquela localidade onde abastecia água, se alimentava, dormia e seguia a viagem. Então era um local de referência nosso", acrescenta Kâhu.

Ainda de acordo com o coordenador do Finpat, é preciso entender que os usos dos territórios pelo povo Pataxó estão além da moradia e produção de alimentos. E mesmo após tantos séculos de contato com os não indígenas, nem todo o povo Pataxó perdeu o modelo nômade de ocupação do território.

"Para poder se entender, inclusive, o que é território pra gente, não é somente a localidade de vivência do povo Pataxó, mas exatamente esse local também de subsistência, de existência nossa enquanto povo", acrescenta.

De acordo com a família Braz, uma das que permanece morando na comunidade Lagoa Doce, todas as pessoas que ali habitavam foram expulsas em 2007, após um acordo ser firmado entre o ICMBio e o empresário Moacyr Andrade para a criação do Parque de Refúgio da Vida Silvestre. As famílias afirmam que suas casas foram derrubadas, e os vestígios queimados por funcionários do ICMBio à época.

Ao Brasil de Fato Bahia, o ICMBio afirmou que "a unidade de conservação de proteção integral foi estabelecida em terras privadas, após um processo formal de consulta pública envolvendo todas as comunidades afetadas, inclusive os povos originários locais".

Quem é Moacyr Andrade

Nascido em Salvador em 1939, filho de Abelardo Moacyr Pereira de Andrade e Guiomar Costa de Andrade, Moacyr Andrade estudou em algumas das melhores escolas da capital, cursou a faculdade de Economia da Universidade Católica de Salvador (UCSAL), e concluiu um mestrado também em Economia, em 1978, pela Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Diretor da empresa Agro Pastoral Itaquena, foi condecorado com a comenda Dois de Julho da Assembleia Legislativa da Bahia em 2013. Ele é conhecido na região por ser cônsul honorário de Portugal, cargo não remunerado e que não pertence à carreira diplomática.

Outros títulos acumulados por Moacyr Andrade são o de membro da Sociedade Amigos da Força Aérea (Soafab) e da Sociedade Amigos da Marinha (Soamar), sócio-fundador do Movimento de Defesa do Patrimônio Natural de Porto Seguro e da Fundação Ecológica Acqua Vitae. Além de ter recebido a medalha de Amigo da Polícia Militar, diploma de Amigo da Base Aérea de Salvador e ser membro honorário da Força Aérea Brasileira.

O nome do empresário está envolvido em várias denúncias sobre grilagem de terras na região de Porto Seguro, bem como em episódios de violência contra comunidades indígenas da região. Um dos mais recentes, acontecido em 29 de dezembro de 2023, numa outra área indígena também no município de Porto Seguro.

Entramos em contato com os advogados que representam o empresário no processo, mas até o fechamento dessa matéria não havíamos obtido resposta. O espaço segue aberto para a manifestação de Moacyr Costa Pereira de Andrade.

Data da notícia: **05/04/2024**

Título: Erika Hilton tenta suspender resolução do CFM que dificulta acesso ao aborto legal

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/erika-hilton-tenta-suspender-resolucao-do-cfm-que-dificulta-acesso-ao-aborto-legal/>

A deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), líder da federação PSOL-Rede na Câmara, apresentou um projeto de decreto legislativo para sustar uma resolução do Conselho Federal de Medicina que restringe os abortos legais após a 22ª semana de gestação, em casos de estupro.

A resolução, de 21 de março de 2024, proíbe que os profissionais de saúde realizem um dos procedimentos utilizados para interromper a gestação, chamado de assistolia fetal, após as 22 semanas, em casos de gravidez advinda de violência sexual.

A assistolia fetal é um método que consiste na injeção de cloreto de potássio para interromper a atividade cardíaca do feto.

O texto foi aprovado pelo colegiado em março, mas só entrou em vigor na última quarta-feira 3, após publicação no Diário Oficial da União. A resolução, assinada pelo presidente do Conselho, José Hiran da Silva Gallo, cita a Constituição Federal, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e outras convenções sobre direito à vida para se justificar.

No entanto, a legislação nacional não pontua um marco temporal para que se possa realizar um procedimento de aborto legal.

“A viabilidade fetal não pode servir de justificativa para imposição de marco temporal para o exercício do direito de aborto permitido, nas condições previstas em lei, pois a garantia do direito à interrupção da gravidez em qualquer tempo gestacional é a recomendação baseada nas evidências científicas mais recentes, tanto da Organização Mundial de Saúde, quanto da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia”, diz o PDL protocolado por Erika Hilton.

Para a deputada, a proibição do CFM “representa um retrocesso significativo no atendimento humanizado em rede de saúde para as pessoas que necessitam realizar abortos nos casos permitidos pela legislação brasileira”.

Data da notícia: //2024

Título: Governadores defendem prisão por 'suspeita fundada'; 'populismo penal', diz especialista

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/06/governadores-defendem-prisao-por-suspeita-fundada-populismo-penal-diz-especialista>

Em encontro realizado com o ministro da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, governadores participantes do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) apresentaram quatro propostas sobre segurança pública, entre elas, a prisão por "suspeita fundada".

Os governadores do Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Goiás e Rio de Janeiro estão entre os que defendem mudanças significativas na legislação e na abordagem em relação ao sistema prisional e à segurança pública. Em sua maioria, as propostas visam endurecer penas e diminuir garantias civis.

Um dos pontos-chave da iniciativa é o aumento do período de cumprimento de pena no regime fechado antes da migração para o semiaberto. A medida defendida pelos governadores quer reduzir as chamadas "saidinhas" e fortalecer o controle sobre os detentos.

Outra proposta visa permitir a prisão em caso de abordagens de policiais que não tenham sido baseadas em elementos objetivos. A abordagem do policial poderia ser feita com base em um "comportamento suspeito" ou "condição que tenha levado a uma análise com elementos subjetivos do policial".

Além disso, os governadores propuseram ajustes no Código Penal e na Lei de Execução Penal, visando tornar as penas mais rígidas para crimes específicos, como homicídio praticado sob ordens de facções criminosas.

Eles também destacaram a importância da regularização e compartilhamento de informações entre as forças policiais para monitorar eletronicamente condenados e permitir prisões em flagrante mesmo sem elementos objetivos de suspeita.

Populismo penal

O especialista em segurança pública Marcelo Jugend, ex-chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, tem uma visão crítica sobre as propostas apresentadas pelos governadores.

Para Jugend, essas propostas são "populistas", pois acabam com prerrogativas importantes como a presunção de inocência e trabalham apenas com a lógica de punição, sem focar em ações e políticas públicas de prevenção para evitar que pessoas entrem na criminalidade. "A

pessoa ser suspeita não tira dela a presunção de inocência, você prender todo mundo não resolve a criminalidade".

Além disso, Jugend destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente no combate à criminalidade, que não se limite apenas à punição dos infratores, mas também inclua políticas públicas e ações preventivas para evitar que as pessoas entrem no mundo do crime.

Ele argumenta que medidas "como investimentos em educação, emprego e inclusão social são fundamentais para abordar as raízes do problema da criminalidade e reduzir a ocorrência de crimes. 'É preciso desmontar o mecanismo que faz as pessoas caírem na criminalidade. Você suprimir os direitos individuais das pessoas, é abrir um precedente terrível, e trata a questão de um ponto de vista artificial. A questão é trabalhar na causa, e garantir a presunção de inocência", afirma.

Lewandowski

Na ocasião da apresentação da proposta, o ministro da Justiça destacou a necessidade de uma ação conjunta entre as polícias locais e federais, enfatizando a importância da integração e troca de informações para enfrentar o crime organizado.

"O crime organizado, as milícias e as facções não triunfarão porque o Estado brasileiro tem instrumentos suficientes para enfrentar esse desafio e vai utilizá-los", declarou Lewandowski. Ele ressaltou a importância da integração não apenas entre os estados, mas também com o governo federal, para combater efetivamente a criminalidade.

Mais equilíbrio

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, prometeram discutir as propostas apresentadas pelos governadores. No entanto, Pacheco alertou para a necessidade de uma abordagem equilibrada, evitando medidas excessivamente punitivas.

"É muito importante que a gente não caia também na armadilha de achar que ficar criando tipos penais, aumentando combinação de penas, aumentando causas de pena, etc, que isso vai resolver o problema. Nós temos que ir trabalhar com inteligência e ir direto ao foco, combater a criminalidade organizada, haver melhor integração entre as polícias, legislação que seja eficiente sem populismo penal", afirmou Pacheco.

Data da notícia: **06/04/2024**

Título: Manicômios foram instrumentos de repressão e mercantilização durante a ditadura militar brasileira

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

[https://www.brasildefato.com.br/2024/04/06/manicomios-foram-instrumentos-de-repr
essao-e-mercantilizacao-durante-a-ditadura-militar-brasileira](https://www.brasildefato.com.br/2024/04/06/manicomios-foram-instrumentos-de-repressao-e-mercantilizacao-durante-a-ditadura-militar-brasileira)

Durante a ditadura militar brasileira, que se estendeu de 1964 a 1985, o Estado não hesitou em utilizar instituições psiquiátricas como ferramentas de opressão, tortura e até mesmo de ocultação dos rastros de seus opositores. Os presos políticos, nesse período, enfrentaram uma série de horrores dentro dessas instituições.

Submetidos a violências desumanas, como a eletroconvulsoterapia e o uso de medicamentos à base de escopolamina, também conhecidos como "soro da verdade", eles eram forçados a suportar uma série de torturas dentro desses espaços. Essas práticas, disfarçadas de tratamento terapêutico eram, na verdade, formas de punição.

Investigações realizadas pela Comissão Estadual da Verdade, no Rio de Janeiro, revelaram que o Hospital Central do Exército foi cenário de inúmeras atrocidades contra aqueles que se opunham ao regime militar. Além das sessões de tortura, o hospital era usado para encobrir as verdadeiras circunstâncias das mortes dos presos políticos, muitas vezes fabricando laudos falsos.

O horror não se limitava apenas aos hospitais militares. Em alguns casos, os próprios torturadores estavam inseridos no corpo clínico, como no caso do coronel-médico do exército Carlos Victor Mondaine Maia, conhecido como "Dr. José", responsável por liderar equipes de tortura.

Denúncias também apontaram para a ocultação de documentos, superlotação, condições insalubres e indivíduos submetidos a castigos físicos e químicos. Muitos eram internados cronicamente, passando o resto de suas vidas em manicômios.

No Complexo do Juquery, em Franco da Rocha (SP), por exemplo, um levantamento interno revelou mais de 12 mil óbitos entre 1965 e 1989, muitos com paradeiro desconhecido.

Incêndios que atingiram parte dos arquivos do hospital tornaram a investigação ainda mais complexa.

Alguns corpos foram enterrados no próprio Juquery, enquanto outros foram encontrados em valas clandestinas, como a de Perus, no Cemitério Dom Bosco, destinada a populações tidas como indigentes. Em investigações recentes, ossadas de desaparecidos políticos foram descobertas.

Mercantilização da saúde mental

Analogamente, o regime ditatorial também foi responsável pela mercantilização da saúde mental. Embora sejam lembradas as construções estatais desse período, as iniciativas privadas também foram fortalecidas, especialmente no campo da psiquiatria. Isso se evidenciou pelo aumento significativo no número de leitos psiquiátricos e internações, parte do projeto político que visava consolidar o poder.

Ainda que o golpe militar estivesse alinhado politicamente com o capital estrangeiro, por meio de políticas de privatização, o Estado brasileiro iniciou uma série de repressões com uma agenda centralizadora, justificando suas ações em nome da segurança nacional e de uma suposta "ameaça comunista".

Essa ambiguidade entre a centralização política e as ações de privatização foi observada nas políticas de saúde da época, o que refletiu na criação do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (Inamps), que unificava sistemas de pensões, aposentadorias e assistência médica, estabelecendo convênios com instituições públicas e privadas.

Esse novo modelo previdenciário teve um grande impacto na psiquiatria, beneficiando a indústria farmacêutica e aumentando a demanda por internações. O governo oferecia subsídios financeiros que, aliados ao aumento das institucionalizações, resultaram em uma deterioração dos leitos psiquiátricos públicos. Como consequência, a Previdência Social direcionava 97% de seus recursos para a manutenção de leitos privados, aumentando sua oferta e o número de internos.

Em 1984, o psiquiatra Luiz Cerqueira evidenciou o termo "indústria da loucura" em seu livro *Psiquiatria Social: Problemas Brasileiros de Saúde Mental*, denunciando a prática mercantilista que se instaurou nesse período da história brasileira.

Este ano, o golpe militar completa 60 anos e, apesar dos progressos iniciados pela Reforma Psiquiátrica, as cicatrizes deixadas pela ditadura ainda se refletem nas políticas de saúde mental do país. A mercantilização da saúde continua ocorrendo mediante o financiamento

de comunidades terapêuticas (CTs), do fortalecimento da indústria farmacêutica e da deterioração da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Assim como durante a ditadura militar, o Estado, aliado a organizações privadas, transformou a saúde mental em mercadoria, seis décadas depois algumas instituições ainda lucram com o sofrimento psíquico da população.

Além disso, mesmo após tantos anos desde o fim do período ditatorial e a implementação da Reforma Psiquiátrica, frequentemente surgem denúncias relacionadas à punição de indivíduos em sofrimento psíquico, sobretudo em comunidades terapêuticas.

Então, a pergunta que permanece é: por que, décadas após a Ditadura Militar, a lógica manicomial ainda persiste como um instrumento de punição?

Data da notícia: **07/042024**

Título: Mortes de camponeses e indígenas durante a ditadura foram subnotificadas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/07/mortes-de-camponeses-e-indigenas-durante-a-ditadura-foram-subnotificadas>

No período entre o golpe de 64 e Constituição de 1988, 1.654 camponeses foram mortos ou desaparecidos. O dado foi apresentado na terça-feira (2) pelo historiador e ex-presos político da ditadura militar, Gilney Viana, membro da Comissão Camponesa da Verdade (CCV).

A apresentação do estudo aconteceu durante o seminário "Ditadura Nunca Mais: 60 anos do Golpe de 1964 e o campo brasileiro", realizado no campus da Universidade de Brasília em Planaltina, região administrativa do Distrito Federal.

De acordo com Gilney Viana, a atualização do registro de mortos é importante principalmente para quebrar mitos e falsidades de que a ditadura militar brasileira teria sido mais branda e a resistência menos ativa em relação a outros países latino-americanos.

Gilney é pesquisador colaborador da Universidade de Brasília (UnB) e guiou a pesquisa que supera os dados divulgados na Comissão Nacional da Verdade (CNV) de 2011 a 2014. Para ele, o resultado da CNV em sua época não cumpriu a dívida com o campesinato pois no documento final, "a comissão reconheceu apenas 41 camponeses de em total de 434 mortos e desaparecidos. Apesar de saber da existência de outros milhares de mortos e desaparecidos forçados. Não aceito que esse número faça justiça a todas as vítimas", observou.

De acordo com a análise e autocrítica do historiador, "quase todos na nossa esquerda e nossas intelectuais que pesquisam o número de mortos durante a ditadura, eles só analisavam a questão dos camponeses e dos indígenas se estes fossem filiados a determinados partidos políticos ou se tivessem protagonismo naquilo que consideravam como luta de classe legítima baseados numa teoria política ultrapassada".

Para o pesquisador, o período da ditadura militar e os anos subsequentes foram marcados por muita resistência. "Uma resistência mais profunda e mais radical do que se imagina e se conta quando falamos do final da década de 70 até início de 90. Pessoas que trabalhavam pelo direito de suas terras e que lutaram contra grupos de capangas privados, contra a polícia do Estado e muitas vezes contra os dois ao mesmo tempo", conclui o pesquisador.

"Guerrilha do Guamá"

Durante a apresentação, a pesquisadora Halyme Franco, membro da CCV, falou sobre o caso da "Guerrilha do Guamá", que ilustra um dos exemplos de resistência oitentista no campo.

Esse episódio aconteceu no contexto de integração da Amazônia ao restante do país, promovido pelo governo ditatorial. Na época, o grupo empresarial Joaquim Oliveira S.A. Participações (Josapar) sediado no Rio Grande do Sul se instalou no município de Viseu, localizado na Gleba Cidapar no nordeste do estado do Pará.

De acordo com Halyme Franco, durante a transição final da ditadura nos anos 1980, a empresa expandiu seus territórios ao redor desses municípios por meio de compras e invasões de terras. A Josapar deteve 60% das ações da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Banco Denasa de Investimentos (BDI), grupos responsáveis pela integração, e determinou o foco na exploração de mineração local.

Halyme explicou que a empresa passou a organizar grupos armados como guarda particular e expulsou a população camponesa dessa região. "Os camponeses inicialmente resistiram

de forma pacífica, começaram a se organizar em sindicatos, ligas de trabalhadores e pequenas reuniões comunitárias para fazer reivindicações perante o estado do Pará. E também pela retirada dos pistoleiros da região, mas o Estado sempre se omitia e passou a ser conivente. Depois do assassinato do líder Sebastião Mearim em 1981, por parte de capangas da empresa, os camponeses optaram pela resistência armada e sob liderança de Quintino Gatilheiro".

Neste período, ainda conforme Halyme Franco, "enquanto os pistoleiros colocavam suas armas a serviço dos empresários e latifundiários, os gatilheiros colocavam a munição a favor dos trabalhadores do campo sem deixar de fazer suas exigências do Estado. O então governador Jader Barbalho envia cerca de 300 policiais para combater os gatilheiros numa série de ações que envolve mortes, tortura, invasão de casas, violência sexual contra mulheres e em 1985 conseguem assassinar o Quintino", afirmou.

Flechas e fuzis

Durante o Seminário, o jornalista Rubens Valente falou sobre o seu livro Os fuzis e as flechas: História de sangue e resistência indígena na ditadura, lançado em 2017. Foi escrito com base na experiência de trabalho nos estados do Amazonas, Mato Grosso e Minas Gerais, além de pesquisa nos arquivos revelados pela Comissão em 2014. "A estimativa mais baixa indica o mínimo de 1.278 mortes de indígenas", afirmou.

Segundo Rubens Valente, as mortes de indígenas ocorreram de diversas formas em consequência da política imposta pela ditadura. "O governo militar implantou intencionalmente um projeto genocida contra os povos tradicionais" como parte do projeto de integração da Amazônia e que o número exato de vidas perdidas fica ainda mais difícil de ser contabilizado pelo fato que muito nunca foram reconhecidos e não tinham "nem certidão de nascimento e morreram sem óbito oficial".

"Os contatos com indígenas que resultaram em mortes foram feitos para a abertura de estradas e rodovias, construção de hidrelétricas e criação de núcleos de colonização. As obras eram realizadas sem o consentimento e obedeciam a um plano de integração da Amazônia. Muitas se revelaram mal planejadas, como a construção da Transamazônica", relatou o jornalista.

Valente explicou que um dos casos mais chocantes foi a transferência forçada por ordem do alto comando da Aeronáutica para retirar os Xavantes da região de Marãiwatsédé no município do Alto Boa Vista (MT). "Os militares acionaram aviões da FAB e tiraram os indígenas Xavante de seu lugar de origem e os colocaram em uma outra área com distância de mais 600 quilômetros. Apenas em uma semana, 70 morreram por doenças de brancos e

ações militares. Outros tantos seguiram incluindo crianças, mulheres e idosos. Eram tantos mortos, que cavaram uma cova coletiva e empurraram com tratores", concluiu.

Rubens fez questão de ressaltar o julgamento de casos de violência contra indígenas da etnia Krenak , realizado pela Comissão de Anistia. no dia 2 de abril. No resultado do julgamento, foi reconhecido o fato de violência contra o povo Krenak com um pedido de desculpas por parte do Estado brasileiro. Entretanto, o repórter conclui que "para além do respeito de uso e ocupação de suas terras pelos próprios indígenas, somente haverá um mínimo de justiça quando esse pedido não for feito apenas pelo Estado, mas sim pelo alto escalão das Forças Armadas".

Seminário

O seminário também contou com depoimentos de Iara Xavier Pereira, militante da antiga Ação Libertadora Nacional e articuladora da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e de Francisco Urbano Araújo, membro da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (Contag). A atividade foi mediada pela professora da FUP, Regina Coelly Fernandes Saraiva, e contou com o apoio do Coletivo Borda Luta.

Data da notícia: **08/04/2024**

Título: Senado pode votar nesta quarta PEC para criminalizar a posse de qualquer quantidade de droga

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/senado-pode-votar-nesta-quarta-pec-para-criminalizar-a-posse-de-qualquer-quantidade-de-droga/>

O Senado promoverá nesta quarta-feira 10 a quinta e última sessão para discutir a proposta de emenda à Constituição que criminaliza o porte e a posse de drogas, independentemente da quantidade. A partir daí, a matéria poderá ir a votação em primeiro urno.

Caso seja aprovada na primeira rodada, haverá mais três sessões de discussão antes da votação em segundo turno. Se aprovada, a matéria seguirá para análise da Câmara dos Deputados.

A proposta, já avalizada pela Comissão de Constituição e Justiça, partiu do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e inclui na Constituição a determinação de que a posse ou o porte de entorpecentes e drogas ilícitas afins são crimes, independentemente da quantidade.

O relator da proposta, senador Efraim Filho (União-PB), acrescentou ao texto a previsão de que a distinção entre usuário e traficante seja respeitada pelo poder público, com penas alternativas à prisão e oferta de tratamento para usuários com dependência química.

Trata-se, na prática, de mais uma ofensiva do Congresso Nacional sobre o Supremo Tribunal Federal. A PEC passou a tramitar no momento em que a Corte julga a descriminalização do porte de maconha para consumo pessoal.

No STF, o placar é de 5 votos a 3 pela descriminalização. No início de março, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro Dias Toffoli.

Data da notícia: **09/04/2024**

Título: Câmara decide criar grupo de trabalho para refazer o texto do PL das Fake News

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/camara-decide-criar-grupo-de-trabalho-para-refazer-o-texto-do-pl-das-fake-news/>

A Câmara dos Deputados criará um grupo de trabalho para discutir uma nova proposta de regulação das redes sociais, com o objetivo de construir um consenso sobre o tema. Na prática, a iniciativa tende a enterrar o PL das Fake News, hoje sob a relatoria de Orlando Silva (PCdoB-SP).

Líderes partidários relataram a CartaCapital que a ideia foi apresentada durante reunião na residência oficial da Câmara, nesta terça-feira 9, pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

O deputado alagoano tem sido pressionado por parlamentares a acelerar as discussões sobre o tema em meio aos ataques do bilionário Elon Musk ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

A avaliação feita durante o encontro é que o texto apresentado por Silva estaria “contaminado por polêmicas” e não conseguiria conquistar o apoio de partidos de centro-direita, por exemplo. Isso não significa, contudo, que pontos de seu relatório não possam ser aproveitados.

“Fizemos um esforço. Nunca foi possível nesse texto ter um consenso pra votar. Com todos os líderes presentes ficou acertado que o projeto não teria como ir a pauta”, afirmou Lira a jornalistas. “Estamos formando hoje um grupo de trabalho composto por parlamentares de partidos que queiram fazer parte”.

Não há um prazo estabelecido para a conclusão dos trabalhos no colegiado. Inicialmente, os líderes indicarão nomes para compor o GT e, na sequência, decidir o novo relator.

O PL das Fake News começou a tramitar no Congresso em 2020 e chegou a ser aprovado pelo Senado no mesmo ano. Depois de três anos, a matéria voltou a tramitar na Câmara. Entre outros pontos, a redação prevê responsabilizar as big techs pela publicação de conteúdos criminosos e pela disseminação de notícias falsas.

A proposta está travada desde maio de 2023 por resistência de deputados bolsonaristas e das próprias plataformas, que deflagraram uma campanha ostensiva contra o texto.

Defensores do projeto argumentam que regulamentar as plataformas digitais pode diminuir a disseminação de notícias falsas e de discursos de ódio, enquanto a oposição bolsonarista afirma que o texto viola a liberdade de expressão na internet e o chamam de “PL da Censura”.

Os recentes ataques de Musk, contudo, reativaram o debate sobre a necessidade de os congressistas voltarem a se debruçar sobre o assunto. Lira, por sua vez, indicou a aliados que pautar o projeto nos moldes atuais ajudaria a inflamar ainda mais os ânimos.

Desde o último sábado, o bilionário tem publicado uma série de mensagens sugerindo que poderia descumprir ordens judiciais brasileiras, muitas delas com ataques ao ministro Alexandre de Moraes.

No domingo 7, o ministro do STF determinou a inclusão do empresário no Inquérito das Milícias Digitais, a mirar grupos que atentam contra a democracia. A acusação é que Musk teria praticado uma “dolosa instrumentalização criminosa” da rede social.

O despacho ordena que o X se abstenha de desobedecer qualquer decisão judicial, incluindo a reativação de perfis suspensos pelo Supremo, sob pena de multa diária de 100 mil reais por conta, além de outras consequências legais.

Data da notícia: **10/04/2024**

Título: Câmara dos Deputados mantém prisão preventiva de Chiquinho Brazão, suspeito de ordenar o assassinato de Marielle Franco

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/10/camara-dos-deputados-mantem-prisao-preventiva-de-chiquinho-brazao-suspeito-de-ordenar-o-assassinato-de-marielle-franco>

O plenário da Câmara dos Deputados ratificou o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e manteve a prisão preventiva de Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), suspeito de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (Psol-RJ) e do motorista Anderson Gomes, em março de 2018.

Chiquinho Brazão foi preso preventivamente em 24 de março. A medida foi autorizada em decisão de Alexandre de Moraes e mantida de forma unânime pelo plenário do Supremo Tribunal Federal. Agora, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) deverá notificar a decisão do Parlamento à Corte.

Relator do caso na CCJ, Darci de Matos (PSD-SC) concordou com a tese do STF de que a prisão justifica-se por atos de obstrução de Justiça. "A nosso ver, resta claramente configurado o estado de flagrância do crime apontado, seja por sua natureza de permanência, seja pelo fato de que os atos de obstrução continuavam a ser praticados ao longo do tempo."

No plenário, 277 deputados votaram por manter a prisão, 129 se opuseram e 107 não votaram. Na CCJ, foram 39 votos favoráveis ao parecer do relator, 25 contrários e uma abstenção. Todos os deputados do PL, o partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, votaram contra.

Relembre o caso

Chiquinho Brazão foi preso no mesmo dia que seu irmão Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, e que o ex-chefe de Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa.

A operação foi realizada conjuntamente entre a PF, a Procuradoria Geral da República e o Ministério Público do Rio de Janeiro, após a delação premiada de Ronnie Lessa, executor do crime, que os apontou como mandantes.

Data da notícia: **10/04/2024**

Título: CUT da Paraíba cria coletivo LGBTQIA+

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/10/cut-da-paraiba-cria-coletivo-lgbtqia>

Na segunda-feira (8), a Central Única de Trabalhadores da Paraíba (CUT-PB) criou, oficialmente, o coletivo LGBTIA+. O objetivo do coletivo é combater o preconceito e a discriminação em razão da identidade de gênero ou orientação sexual no meio sindical e no âmbito do trabalho. O evento de criação aconteceu de forma remota e contou com a participação de representantes de diversos sindicatos da Paraíba e do secretário nacional de políticas LGBTIA+ da CUT, Walmir Siqueira.

“A secretaria e esse coletivo vêm com atraso, já era pra existir há muito tempo. A CUT apoia os direitos da comunidade LGBTQIA+ e luta contra qualquer forma de preconceito e discriminação”, destacou Tião Santos, presidente da CUT-PB.

No evento de criação, o secretário nacional de políticas LGBTQIA+, Walmir Siqueira, fez o histórico desde a criação de um coletivo em 2009 até a criação da Secretaria Nacional LGBTQIA+ da CUT. A secretaria foi criada durante o 14º Congresso Nacional da CUT

(ConCUT), em outubro do ano passado. Na ocasião, o secretário ressaltou ainda as várias parcerias necessárias para que as demandas da comunidade sejam efetivadas.

Para o coordenador do Coletivo da CUT-Paraíba, Joel Cavalcante, é necessário construir um calendário de reuniões e um planejamento para tornar efetivo o trabalho do coletivo no estado. “Contaremos com a participação de todos, todas e todes aqui presentes e vamos buscar outros sindicatos que não fizeram indicações de nomes, para que o coletivo seja ativo em defesa dos direitos da classe trabalhadora, em especial, dos pertencentes à comunidade LGBTQIA+”, evidenciou.

Estiveram presentes no evento representantes do Sindicato dos Trabalhadores e trabalhadoras nos Serviços do Comércio (SEAAC-PB), Sindicato dos Bancários, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP-PB), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de João Pessoa (Sindtextil-JP), Sindicato dos Servidores e Servidoras Públicos Municipais do Curimataú e Seridó Paraibano (SINPUC), Sindicato dos Empregados no Comércio da Grande João Pessoa (SINECOM), Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações na Paraíba e da Federação dos Trabalhadores em Serviços Públicos no Estado da Paraíba (FETAM-PB).

O vereador Marcos Henriques (PT) faz parte da direção executiva da CUT-PB e também participou do evento. Ele colocou o seu mandato à disposição e destacou os vários enfrentamentos na Câmara de João Pessoa em relação às pautas de direitos humanos. “Recentemente, combatemos uma lei que queria proibir crianças de irem para as paradas de diversidade. Um absurdo. Nosso mandato defende as pautas de igualdade e diversidade”, destaca o parlamentar. Ele ainda sugeriu a criação de um Observatório da LGBTQIA+fobia na Paraíba, com a finalidade de melhor acompanhar os casos de preconceito, discriminações e demais violências, encaminhando-os aos órgãos competentes para buscar soluções.

Data da notícia: **11/04/2024**

Título: STF decide se provas utilizadas contra um homem negro em abordagem racista podem ser anuladas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/11/stf-decide-se-provas-utilizadas-contrum-homem-negro-em-abordagem-racista-podem-ser-anuladas>

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar, nesta quinta-feira (11), a possibilidade de anular as provas obtidas contra um homem negro durante uma abordagem considerada racista da Polícia Militar de São Paulo (PMSP).

Francisco Cícero dos Santos Junior foi condenado pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de Bauru a uma pena de sete anos, 11 meses a um regime fechado por ter sido flagrado com 1,53 gramas de entorpecente. A condenação foi ratificada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que negou um recurso do preso. Os policiais admitiram que só abordaram o homem por conta da cor de sua pele.

Agora, o STF julga um habeas corpus impetrado contra o TJSP pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo para anular prova obtida a partir de racismo nas abordagens policiais e absolver réu condenado. O TJSP argumenta que houve um 'perfilamento racial' na conduta dos agentes do Estado.

Antes de chegar ao STF, o caso passou pelo Superior Tribunal Justiça (STJ), que diminuiu a pena. “Com efeito, o paciente foi flagrado na posse de 1,53 g de cocaína, ínfima quantidade de drogas, mas que ensejou na aplicação, pelas instâncias ordinárias, de reprimenda que ultrapassou 7 anos de reclusão, em regime fechado, o que, além de configurar flagrante ilegalidade, ante a manifesta desproporcionalidade, causa bastante estranheza”, escreveu o relator, o ministro Sebastião Reis Júnior.

Em 1º de março deste ano, o ministro do STF, Edson Fachin já havia declarado seu voto favorável à nulidade das provas e dos atos processuais seguintes e, por conseguinte, ao trancamento da ação penal.

Na sequência, Alexandre de Moraes, André Mendonça, Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques negaram o recurso, e Luiz Fux pediu vistas, ou seja, mais tempo para análise.

Na ocasião, a vice-procuradora-geral da República, Lindôra Araújo, se manifestou contra a nulidade das provas. “Não tem nada a ver com crime de racismo. [O acusado] não foi parado porque era uma pessoa de cor negra ou de cor preta”.

Apesar de se tratar do julgamento de um caso concreto, os ministros podem utilizar o caso para fixar uma tese de repercussão geral sobre o tema. Se isso ocorrer, a tese deverá ser aplicada em casos semelhantes que venham a ocorrer.

Data da notícia: **11/04/2024**

Título: Governo pede ao STF “inconstitucionalidade” em leis que facilitam porte de armas no RS e PR

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/governo-pede-ao-stf-inconstitucionalidade-em-leis-que-facilitam-porte-de-armas-no-rs-e-pr/>

A Advocacia-Geral da União (AGU), em conjunto com a Presidência da República, entrou no Supremo Tribunal Federal (STF) com duas ações pedindo que leis estaduais no Rio Grande do Sul e no Paraná que facilitaram o porte de armas sejam declaradas inconstitucionais.

Segundo a lei do Rio Grande do Sul, o porte é permitido para funcionários do Instituto Geral de Perícias no Estado. No Paraná, ela se aplica aos funcionários do Instituto Médico Legal (IML) e do Instituto de Criminalística. Nos dois estados, os órgãos estão dentro da estrutura da Secretaria da Segurança Pública.

Nas petições protocoladas na última quarta-feira (10) e assinadas pelo advogado-geral da União, Jorge Messias e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o governo alega que “cabe ao legislador federal definir quem são os titulares de eventual porte de arma e especificar as situações em que exceções são admitidas”.

Ressaltam que as leis, aprovadas pelos estados, “colocam em risco a sociedade, que estará exposta a mais armas”.

No último dia 3, o STF já derrubou uma lei do Paraná, também questionada pelo governo no Supremo, que facilitava o porte de arma para CACs.

A CNN procurou os governos do Rio Grande do Sul e do Paraná sobre a iniciativa da AGU e aguarda resposta.

Data da notícia: **11/04/2024**

Título: Governo deve regularizar seis novas terras indígenas em abril, anuncia ministra

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/11/governo-deve-regularizar-seis-novas-terras-indigenas-em-abril-anuncia-ministra>

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, anunciou que planeja homologar mais seis terras indígenas até o final de abril, mês em que se celebra o Dia dos Povos Indígenas.

A declaração foi dada na quarta-feira (10) à imprensa durante um evento chamado Skoll World Forum, que reúne empreendedores sociais em Oxford, na Inglaterra.

"Temos ainda um passivo muito grande de territórios a serem reconhecidos. Em um ano de governo, conseguimos homologar 8. Apresentamos 14 áreas no início do governo, prontas para serem homologadas. Estamos trabalhando para que ainda no final de abril possamos cumprir essa meta", afirmou Sonia Guajajara na Inglaterra.

A retomada das demarcações, que ficaram paralisadas durante o governo Jair Bolsonaro (PL), é uma das principais reivindicações do movimento indígena, que apoiou Lula (PT) nas eleições.

A demora nas regularizações gerou pressão das organizações indígenas sobre a gestão petista. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) prometeu aumentar as cobranças ao governo em 2024.

Governo cumpre número de homologações prometidas

Com as seis novas homologações anunciadas, deve subir para 14 o número de áreas indígenas regularizadas durante a gestão Lula (PT), mesmo número previsto para regularização no início do governo.

Esses 14 territórios totalizam, juntos, mais de 8,4 mil km² — mais de cinco vezes a cidade de São Paulo (SP).

Segundo o Instituto Socioambiental (ISA), cerca de 30% das 676 terras indígenas do Brasil ainda não foram homologadas e estão em etapas anteriores do processo demarcatório.

A homologação, feita por meio de decreto presidencial, é o último passo no processo de regularização de uma terra indígena.

Uma vez que terra esteja homologada, os indígenas poderão usufruir de forma plena e exclusiva dos recursos naturais, conforme prevê a Constituição.

Em abril de 2023, o presidente Lula homologou as seguintes terras indígenas: Arara do Rio Amônia (AC), do povo Arara, Kariri-Xocó (AL), do povo Kariri-Xocó, Rio dos Índios (RS), do povo Kaingang, Tremembé da Barra do Mundaú (CE), do povo Tremembé, Avá-Canoeiro (GO), do povo Avá-Canoeiro e Uneiuxi (AM), do povo Maku Nadëb.

Uma nova rodada de homologações em setembro regularizou outras duas terras indígenas: Acapuri de Cima (AM) e Rio Gregório (AC).

Movimento indígena cobrou governo

O coordenador da Apib, Kleber Karipuna, disse em fevereiro ao Brasil de Fato que o movimento indígena pretendia aumentar as cobranças sobre o governo Lula, mesmo tendo apoiado o governo nas eleições.

"O ex-ministro Flávio Dino saiu [do Ministério da Justiça] sem homologar nenhuma Portaria Declaratória de Terra Indígena, mesmo com a Funai e o Ministério dos Povos Indígenas encaminhando mais de 30 processos para o Ministério da Justiça", queixou-se Kleber Karipuna.

Um dos motivos da insatisfação da Apib era a demora na homologação de terras indígenas que já estavam livres de pendências judiciais.

"Apoiamos esse governo [Lula], mas temos plena consciência de que é um governo de composição e não é 100% alinhado às nossas bandeiras. Há ministros que se opõem a determinadas pautas indígenas. Seguiremos no diálogo, mas o cenário será de maior cobrança", avaliou o líder da maior organização indígena do país.

Depois da homologação

A homologação é a etapa final do longo processo demarcatório, que costuma se estender por décadas. Para os povos indígenas, a assinatura presidencial significa direitos plenos sobre as terras: a posse permanente e o uso exclusivo dos recursos naturais, além de facilitar o acesso a políticas públicas e possibilitar a pacificação de disputas violentas por meio da expulsão de invasores.

Toya Manchineri, coordenador-geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), disse em setembro ao Brasil de Fato que considera as

demarcações uma vitória. Após a homologação, o desafio é aumentar a fiscalização contra invasores e criminosos ambientais.

"Todo indígena que vive em território que aguarda o reconhecimento e a demarcação vive uma insegurança: conflitos na região e uma incerteza da garantia daquele espaço para a criação dos filhos e continuidade do bem viver de cada comunidade. Agora também é necessário garantir a proteção e vigilância destas terras, para evitar invasões e crimes ambientais", afirmou.

Data da notícia: **12/04/2024**

Título: Comissão de Direitos Humanos pede que Defesa se desculpe pelo golpe de 64

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/comissao-de-direitos-humanos-pede-que-defesa-se-desculpe-pelo-golpe-de-64/>

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos, órgão vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos, defendeu que o Ministério da Defesa peça desculpas pelas “vítimas de tortura e de perseguição” do golpe militar de 1964, que instalou uma ditadura que durou 21 anos no país.

Em um documento aprovado no último dia 2, o órgão recomendou que o pedido de desculpas seja repetido todos os anos, no 31 de março, data que marca o aniversário do golpe.

Neste ano, o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não realizou nenhum evento relacionado ao golpe militar, que completou sessenta anos em 2024.

Além da recomendação pelo pedido anual de desculpas, o Conselho também recomendou que não sejam feitas comemorações à data, por parte de membros das Forças Armadas.

Nos últimos anos, peças importantes ligadas ao Exército, como o atual senador e ex-vice-presidente do governo Bolsonaro (PL), Hamilton Mourão (Republicanos-RS), destacaram a data de maneira comemorativa.

No documento, o conselho também determinou que o Ministério dos Direitos Humanos instale, em até sessenta dias, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP).

Vinculado ao governo federal, a CEMDP foi criada nos anos 1990 e tinha como objetivo localizar os desaparecidos pela ditadura militar. Em dezembro de 2022, porém, já no final do governo Bolsonaro, o órgão encerrou as suas atividades.

Apesar de ter sinalizado que a CEMDP seria reinstalada, Lula ainda não promoveu a volta das atividades da comissão.

Data da notícia: **15/04/2024**

Título: Pressionado, governo lança programa para agilizar reforma agrária e diz mirar 'paz do campo'

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/15/pressionado-governo-lanca-programa-para-agilizar-reforma-agraria-e-diz-mirar-paz-do-campo>

Após cobranças de lideranças do campo que vinham apontando lentidão nos processos de reforma agrária, o governo federal apresentou nesta segunda-feira (15) um programa que busca dar maior agilidade às ações relacionadas à política. Intitulado Terra da Gente, o programa deverá sistematizar as áreas disponíveis no país para serem incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Segundo a gestão, a ideia também é inserir 295 mil famílias no PNRA até 2026, último ano de governo, sendo 74 mil delas assentadas e 221 mil reconhecidas ou regularizadas em lotes de assentamentos existentes. O governo, no entanto, ainda não detalhou o significado dessas categorias.

O anúncio ocorreu no dia de maior mobilização do Abril Vermelho, jornada nacional de lutas que o MST faz anualmente no mês em que, em 1996, aconteceu o Massacre de Eldorado do Carajás. Neste ano, o lema da jornada é "Ocupar para o Brasil alimentar".

De acordo com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, do total de 295 mil famílias, 73,2 mil serão incluídas no programa ainda este ano, 81 mil em 2025 e o restante no ano seguinte. Os números configuram um aumento de 877% na política no comparativo com o período entre 2017 e 2022, quando as ações voltadas ao segmento foram desmontadas e paralisadas.

"É uma mudança muito expressiva do tratamento do tema da reforma agrária no Brasil", disse o petista, ao anunciar ainda que 7 mil famílias devem acessar terras através do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

A oficialização do programa veio por meio de um decreto assinado pelo presidente Lula (PT) que ordena diferentes formas de obtenção e destinação de terras, englobando áreas já adquiridas, lotes em fase de aquisição, terras passíveis de adjudicação por dívidas com a União e imóveis improdutivos, entre outras. O objetivo é, com isso, organizar um mapeamento que detalhe a localização e a situação de cada uma dessas áreas.

Está previsto para este ano um montante de R\$ 520 milhões em investimento na aquisição de imóveis, o que deve alcançar 73 mil famílias, segundo os números apresentados pela gestão. "Nós temos a obrigação de levar a essas pessoas o direito de ter acesso a crédito, o que é mais lucrativo e o que não é. O que nós queremos é a multifuncionalidade da terra, para que a gente possa extrair de um terreno tudo que a gente pode produzir", afirmou o presidente Lula (PT).

O presidente também assinou atos que repassam para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) uma área adquirida pela União por meio de processos de negociação de dívidas e que vai gerar nove assentamentos voltados à reforma agrária.

"Para a gente, essa política é extremamente importante. Nós mulheres, por exemplo, respondemos por 45% da produção [da agricultura familiar], porém a gente tem dificuldades com várias coisas, como no acesso à terra, à assistência técnica, ao crédito. Mesmo a gente produzindo uma quantidade significativa de alimentos na zona rural, a situação é essa, por isso o lançamento deste programa e dessas ações de hoje nos traz esperança de avanços", disse ao Brasil de Fato a secretária de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Mazé Moraes.

Déficit

O déficit do Brasil na política de reforma agrária tem sido o principal problema vocalizado por entidades civis do campo ao longo da história. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem

Terra (MST), organização mais emblemática do segmento, tem cerca de 71 mil famílias acampadas à espera de um assentamento para a produção de alimentos.

"Isso era o número que a gente tinha até ontem [domingo], mas hoje, com a nossa jornada de lutas, já deve ter ultrapassado os 80 mil. A gente ainda não tem os dados oficiais, mas foram 24 ocupações até agora, então, a gente estima que esse número ainda pode aumentar bastante durante esta semana", calcula a dirigente Ceres Hadich, que integra a coordenação nacional do movimento, ao mencionar as mobilizações do Abril Vermelho.

Na Contag, o déficit atual é de cerca de 50 mil famílias aguardando inclusão no PNRA. Durante o evento desta segunda, o presidente da entidade, Aristides dos Santos, elogiou a iniciativa do governo de lançar o Terra da Gente, mas também cobrou uma articulação intensiva em torno da agenda do grupo, inclusive no âmbito do Congresso Nacional.

"O Estado brasileiro, para não dizer a sociedade brasileira, tem uma dívida muito grande com os povos do campo, da floresta e das águas. Sabemos que o governo herdou um Inca quebrado, por isso reconhecemos a iniciativa e temos que enfrentar este tema com muita importância. O governo, com apoio dos movimentos sociais, tem condições de fazer um debate no Legislativo para que as leis não impeçam a luta pela terra e pela reforma agrária. Sem reforma agrária, não há democracia nem desenvolvimento no campo."

Em conversa com o Brasil de Fato, Santos manifestou preocupação com o conservadorismo do Congresso, majoritariamente dominado por parlamentares da bancada ruralista e aliados. "Mas o problema do Legislativo também é orçamento. Quando se fala de obtenção de terra, reforma agrária, o bicho pega. Nós entendemos que o Lula tem autoridade política pra fazer esse debate com o Congresso Nacional. Números anunciados, valores investidos são coisas que temos que trabalhar", disse, ao afirmar que a entidade espera um orçamento maior para a política de reforma agrária. O dirigente considera os valores atuais "ainda muito baixos".

Violência

Segundo afirmaram representantes do governo durante o evento, a gestão espera, com uma maior velocidade do PNRA, ajudar a promover a "paz no campo". O ministro Paulo Teixeira destacou que, entre 2017 e 2023, foram registrados 780 conflitos relacionados à luta por reforma agrária no Brasil. O assunto também foi lembrado por lideranças populares nesta segunda. Ceres Hadich disse que o MST vê a política de reforma agrária como ponto essencial do combate à violência na zona rural.

"Ela é parte essencial do processo de mediação de conflitos fundiários e da solução do problema. Se o governo quer um processo de pacificação e quer de fato enfrentar a questão

da fome no país, sem dúvida alguma ele vai precisar enfrentar também, neste ano e nos próximos, a questão dessa concentração agrária absurda que temos ainda no Brasil.”

Data da notícia: **15/04/2024**

Título: Governo prevê alta de R\$ 90 no salário mínimo em 2025, para R\$ 1.502

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/04/15/governo-preve-nas-diretrizes-do-orcamento-alta-de-r-90-ao-salario-minimo-em-2025-para-r-1502.ghtml>

A equipe econômica enviou nesta segunda-feira (15) ao Congresso o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025 prevendo que o salário mínimo será de R\$ 1.502 no próximo ano.

O valor representa uma alta de 6,37%, ou de R\$ 90, em relação ao patamar atual – que é de R\$ 1.412. O blog do Camarotti já havia antecipado, mais cedo, as cifras do novo mínimo.

O valor calculado para o ano de 2025 considera a política permanente de valorização do salário mínimo do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), já aprovada pelo Congresso Nacional.

Pela lei, foi instituída uma fórmula de valorização real do salário mínimo – ou seja, de aumento do valor acima da inflação. Pelo formato adotado, o reajuste corresponde à soma de dois índices:

- a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 12 meses até novembro – como prevê a Constituição;
- o índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) dos dois anos anteriores. No caso de 2025, vale o PIB de 2023 -- que cresceu 2,9%.

Como ainda não se sabe o valor da inflação em 12 meses até novembro, o valor para o salário mínimo do ano que vem é apenas uma estimativa. Ou seja, ele poderá ser alterado até o final deste ano.

Referência para 54 milhões de pessoas

De acordo com informações divulgadas em maio pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o salário mínimo serve de referência para 54 milhões de pessoas no Brasil.

Além dos trabalhadores que, por contrato, recebem um salário mínimo (ou múltiplos do mínimo), há também as aposentadorias e benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) vinculados ao mesmo valor.

O salário mínimo também gera impactos indiretos na economia, como o aumento do "salário médio" dos brasileiros e a elevação do poder de compra do trabalhador.

Impacto nas contas públicas

Ao conceder um reajuste maior para o salário mínimo, o governo federal também gasta mais. Isso porque os benefícios previdenciários não podem ser menores que o valor do mínimo.

De acordo com cálculos do governo, a cada R\$ 1 de aumento do salário mínimo criou-se uma despesa em 2024 de aproximadamente R\$ 389 milhões.

O aumento maior do salário mínimo é um dos itens que eleva as despesas obrigatórias. Com isso, sobrarão menos recursos para os gastos "livres" do governo, chamados de "discricionários" - o que pode afetar políticas do governo federal.

Lei de Diretrizes Orçamentárias

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) encaminhado pelo governo estabelece as bases para a elaboração do orçamento do próximo ano.

A LDO traz, entre outros, as metas fiscais (para as contas públicas) que deverão ser perseguidas pela equipe econômica.

Já o projeto com o orçamento em si — a Lei Orçamentária Anual (LOA) — traz mais detalhes sobre as receitas e despesas. O documento tem de ser enviado pelo governo ao Congresso até 31 de agosto.

Ambos os projetos precisam ser aprovados pelo Congresso Nacional.

Data da notícia: **16/04/2024**

Título: PEC das drogas vai aumentar violência contra pessoas negras e pobres da periferia, diz ativista

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/16/pec-das-drogas-vai-aumentar-violencia-contra-pessoas-negras-e-pobres-da-periferia-diz-ativista>

O Senado deve votar hoje a proposta de emenda à Constituição que criminaliza a posse de qualquer quantidade de substância ilícita (PEC 45/2023). A proposta, apresentada pelo presidente da casa legislativa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), passou pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ) com amplo apoio da oposição. Houve uma emenda no texto feita pelo senador relator Efraim Filho, do União Brasil da Paraíba, para que seja observada a distinção entre traficante e usuário.

A votação da PEC pode mudar a lei de drogas atual, em vigor desde 2006. A proposta avança enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) também debate o porte de drogas para consumo e a quantidade mínima que pode ser descriminalizada. Portanto, os dois debates divergem.

No STF, cinco dos 11 ministros já votaram a favor da descriminalização de uma quantidade mínima de maconha. O resultado no Senado pode fazer com que a discussão no Supremo seja revista.

A coordenadora da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (Renfa) e pesquisadora sobre políticas de drogas na América Latina, Ingrid Farias, esteve no Senado nesta segunda-feira (15), onde o assunto foi debatido em audiência. Em entrevista ao programa Central do Brasil nesta terça-feira (16), ela explicou porque o projeto vem sendo criticado por movimentos que defendem os direitos humanos. "Esse tema abre um precedente de ameaça à democracia e aos mecanismos que a gente tem para poder fazer a manutenção da garantia de direitos. Essa PEC sugere a alteração de um direito constitucional que é o artigo 5º, o direito à liberdade, à vida, que o cidadão tenha a possibilidade de escolher o que fazer com o seu corpo, com a sua vida."

O direito ao acesso à saúde também está colocado em cheque, segundo ela. "De uma política que a gente vem construindo no país de cuidado, redução de danos, prevenção para as pessoas usuárias de drogas e essa PEC impede que a gente venha a avançar nessas que são as indicações da Organização Mundial de Saúde (OMS), da ONU. A gente sabe que no mundo a maior parte das pessoas que fazem uso de algum tipo de substância não

tem problemas com esse uso e a pequena parte que tem problemas precisa de cuidado, não de uma política de segurança pública que utiliza a violência como resposta do Estado a esse contexto de proibição, então essa PEC ameaça o direito à vida da sociedade."

A PEC não diferencia consumidores de traficantes. Essa definição acontecerá no flagrante, ou seja, caberá à polícia. Diante disso, Ingrid pontua que essa não é a melhor instância para fazer isso. "O Brasil é o país hoje que mais encarcera, essa não diferenciação de quem é usuário e de quem é traficante é o que tem feito desde 2016 o aumento absurdo do encarceramento no Brasil, em especial de mulheres negras. A gente sabe que tem muitas pessoas que estão presas hoje que foram presas com quantidades de uso, por ser usuário de drogas. Então o que a PEC vai fazer é mais uma vez criminalizar essas pessoas que já estão na ponta da guerra, que vem aí vitimando, violentando pessoas negras e pobres que estão nas periferias."

De acordo com a ativista, é preciso fazer a discussão com a sociedade e tirar o debate do campo de uma agenda moral para uma agenda de direitos. "Se a gente viola o artigo 5º dizendo que as pessoas não têm mais o direito de utilizar o seu corpo e tomar suas decisões, a gente está fazendo um retrocesso histórico na luta por um país democrático."

A entrevista completa, feita pela apresentadora Luana Ibelli, está disponível na edição desta terça-feira (16) do Central do Brasil, que está disponível no canal do Brasil de Fato no YouTube.

Data da notícia: **17/04/2024**

Título: ENTREGADORES DE APP PASSAM FOME, SEDE E ENFRENTAM JORNADAS DE ATÉ 80 HORAS SEMANAIS, MOSTRA PESQUISA

Fonte pesquisada: <https://www.intercept.com.br>

Link da notícia:

<https://www.intercept.com.br/2024/04/17/entregadores-passam-fome-em-jornadas-de-ate-80-horas/>

ALTÍSSIMOS ÍNDICES DE ACIDENTES DE TRÂNSITO; alta incidência de pressão alta entre trabalhadores — que em sua maioria têm menos do que 40 anos de idade; poucas horas de sono; ausência de dias de descanso; desidratação por causa da falta de

infraestrutura básica. Essas são algumas das violações enfrentadas por entregadores de aplicativos, mostra um novo estudo realizado por pesquisadores da Unicamp

São os trabalhadores que utilizam aplicativos como fonte principal de renda que têm as jornadas mais extenuantes e condições mais insalubres, além de remuneração menor, de acordo com a pesquisa “Dossiê das violações dos direitos humanos no trabalho uberizado: o caso dos motofretistas na cidade de Campinas”, publicada em abril pela Diretoria executiva de Direitos Humanos da Unicamp.

A pesquisa ouviu 200 trabalhadores da região de Campinas, no interior de São Paulo, e comparou as condições entre os que utilizam aplicativo como fonte principal de renda e os que não usam. Essa diferença deixa claro o papel dos apps no aprofundamento da precarização das condições de trabalho.

“A profissão de motofretista é altamente arriscada e insalubre. Ela já tinha vários elementos de precariedade e isso foi se aprofundando”, explica Ludmila Costhek Abílio, pesquisadora visitante da Diretoria Executiva de Direitos Humanos da Unicamp. Abílio coordenou a pesquisa ao lado de Sílvia Maria Santiago, médica sanitária, professora do Departamento de Saúde Coletiva da Unicamp.

Em 2020, das mais de 190 mil internações nos hospitais do Sistema Único de Saúde, 61,6% dos pacientes eram motociclistas. Nesse período foram 32.716 óbitos por acidente de trânsito, dos quais 36,7% se referem a motociclistas .

Os custos dos acidentes de trânsito para a sociedade chegam a R\$ 50 bilhões no ano. A maior parte desse custo é referente à perda de produção das vítimas, seguido pelos custos hospitalares. Os dados são do Boletim Epidemiológico da Secretaria de Vigilância em Saúde e Meio Ambiente, de abril de 2023.

[...]

Data da notícia: **17/04/2024**

Título: Massacre de Eldorado do Carajás completa 28 anos em meio a tentativas de inviabilizar a luta pela terra

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/17/massacre-de-eldorado-do-carajas-compl-eta-28-anos-em-meio-a-tentativas-de-inviabilizar-a-luta-pela-terra>

As mais de 20 ocupações realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra por ocasião do Abril Vermelho de 2024 denunciam uma realidade inquietante: ainda não se avançou o suficiente na luta por reforma agrária desde o 17 de abril de 1996, data do Massacre de Eldorado do Carajás, hoje tornado Dia Mundial de Luta pela Terra.

Há 28 anos, ocorria um acampamento na Curva do S, no município de Eldorado do Carajás, sudeste do Pará. Cerca de 1,5 mil pessoas planejavam marchar até a capital do estado, onde reivindicariam do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a desapropriação da fazenda Macaxeira, ocupada por 3,5 mil famílias sem-terra.

A marcha jamais foi concluída. Na noite de uma quarta-feira, o grupo foi cercado por Policiais Militares que, com extrema violência, assassinaram 21 dos camponeses sem terra e deixaram outros 79 feridos.

A tragédia teve grande repercussão. Inspirou obras de arte, motivou a instituição da data de luta e pressionou o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), que criou no ano seguinte o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) — extintos nos governos Temer e Bolsonaro, respectivamente, e retomados com Lula.

É em homenagem às vítimas do Massacre que o MST e outros movimentos populares promovem jornadas de luta por terra neste mês, apelidado de Abril Vermelho.

Os conflitos hoje

Um aumento na quantidade de conflitos no campo é notado nos últimos anos, com novos desafios na luta por uma melhor distribuição da terra no Brasil.

Este ano, o Invasão Zero, grupo investigado pela Polícia Federal (PF) por atuar como milícia rural e suspeito de envolvimento no assassinato de uma líder indígena, divulgou uma cartilha do que chamaram "Abril Amarelo" contra as "invasões de terra".

"Essa escalada de proprietários rurais merece uma atuação coordenada das autoridades, já que há um braço político, econômico e criminoso dessa entidade que precisa de respostas articuladas, nacionais, federalizadas, principalmente por ataques a assentamentos, territórios indígenas e a outras comunidades tradicionais", afirmou o procurador federal Julio Araújo em reportagem do Brasil de Fato.

Outro obstáculo novo para os movimentos populares do campo foi um pacote de leis colocadas em votação no Congresso para tentar coibir e inviabilizar a ação das organizações. Entre as medidas a serem votadas, está o fim da necessidade de ordem judicial para usar força policial na retirada de ocupantes de terra; a proibição de pagamento de benefícios sociais a membros de ocupações; e a obrigatoriedade de criação de personalidade jurídica para os movimentos que desejem atuar politicamente.

"Estamos falando de PLs que querem destruir os movimentos sociais, querem impossibilitar a ação democrática", analisou o deputado federal Patrus Ananias (PT-MG).

Diante das adversidades, o MST emitiu nota destacando as ações realizadas neste mês de abril e reafirmando sua busca pela reforma agrária popular. "Lutamos porque 105 mil famílias estão acampadas e exigimos que o governo federal cumpra o artigo 184 da Constituição Federal, desaproprie latifúndios improdutivos e democratize o acesso à terra", afirmou o movimento.

Data da notícia: //2024

Título: Terras Indígenas da Amazônia registram menor desmatamento em seis anos

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/17/terras-indigenas-da-amazonia-registram-menor-desmatamento-em-seis-anos>

O desmatamento em Terras Indígenas (TIs) da Amazônia registrou queda de 42% e foi o menor dos últimos seis anos. Os dados foram medidos de julho de 2023 a agosto de 2024 e comparados com os mesmos períodos dos anos anteriores. O levantamento foi divulgado nesta quarta-feira (17), antevéspera do Dia dos Povos Indígenas, celebrado em 19 de abril.

A redução ocorre após a guinada na política ambiental brasileira conduzida pelo governo Lula (PT), que desfez graves retrocessos implementados pelo governo Jair Bolsonaro (PL). Durante o mandato bolsonarista, o desmatamento em TIs aumentou 150%, segundo levantamento do Instituto Socioambiental (ISA).

"A baixa consecutiva na devastação demonstra que as políticas de combate à derrubada na Amazônia estão sendo eficazes. Apesar disso, é preciso continuar com as ações de combate e controle do desmatamento na região, focando principalmente nos territórios protegidos e nas áreas de intensa pressão ambiental", comentou Larissa Amorim, pesquisadora do Imazon.

Terra indígena mais desmatada desaparece do ranking

Um exemplo apontado pelo Imazon é a expulsão de invasores da TI Apyterewa, do povo Parakanã. O território foi a TI mais desmatada da Amazônia nos últimos quatro anos, mas desta vez não apareceu no ranking. O motivo é a operação que expulsou fazendeiros e pecuaristas em situação ilegal dentro do território.

Já em toda a Amazônia Legal, não apenas em TIs, o desmatamento caiu 60%. Conforme o Imazon, março de 2024 foi o 12º mês consecutivo com queda no desflorestamento em todo o bioma. Embora em queda, a área de vegetação amazônica perdida ainda é alta, 1.948 km², maior do que a cidade de São Paulo.

"É necessário ainda acelerar a destinação de florestas públicas para a criação de novas áreas de conservação e proteção dos recursos naturais, e punir devidamente os desmatadores ilegais. Assim estaremos mais perto de alcançar o desafio da derrubada zero até 2030 e com isso reduzir o fenômeno e consequências das mudanças climáticas", complementou a pesquisadora do Imazon.

No Brasil, a devastação da Amazônia é medida não só em acumulados anuais, mas também em períodos de 12 meses entre agosto e julho do ano seguinte. É o chamado "calendário do desmatamento", período em que os desmatadores aproveitam a falta de chuva para desmatar mais. Por isso, o levantamento do Imazon foi feito entre julho e março deste ano.

Amazonas, Mato Grosso e Roraima lideram devastação

A análise por estado revela que Amazonas, Mato Grosso e Roraima foram os mais afetados em março de 2024, representando juntos 79% da devastação na Amazônia Legal. Para o Imazon, os números destacam a necessidade de intensificar as medidas de combate ao desmatamento e de proteção das áreas mais, incluindo as unidades de conservação.

Na análise do Imazon, o Pará desponta como um estado onde a pressão sobre as Unidades de Conservação (UCs) é a maior do país. Cinco das dez (UCs) mais afetadas no mês de março estão no estado.

"Esse dado alerta para a pressão que as unidades de conservação sofrem, mesmo sendo protegidas por lei, onde dependendo do tipo de categoria o desmatamento é proibido ou restrito. A APA Triunfo do Xingu, por exemplo, segue consecutivamente desde agosto de 2020 na lista dos dez territórios com maior derrubada nesta categoria", alertou o Imazon em comunicado à imprensa.

Data da notícia: **18/04/2024**

Título: Acampamento mantém viva memória do Massacre de Eldorado do Carajás

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/18/acampamento-mantem-viva-memoria-do-massacre-de-eldorado-dos-carajas>

Com a presença de sobreviventes e familiares das vítimas do Massacre de Eldorado do Carajás, há 18 anos o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) do Pará ergue o Acampamento Pedagógico da Juventude Sem Terra Oziel Alves, para manter viva a memória e reforçar a necessidade de luta por justiça e pela reforma agrária no país.

Neste ano, o acampamento aconteceu de 10 a 17 de abril, na Curva do S, localizada em Eldorado do Carajás, no Pará, onde ocorreu o maior massacre contra camponeses da história recente do país, que deixou 21 camponeses mortos e 69 mutilados pela Polícia Militar do Pará.

Com a presença de cerca de 300 pessoas, em sua maioria jovens, as atividades diárias iam desde mística, espaços de estudo e debate, atos culturais e de intervenções na BR-155, com 21 minutos de interdição em memória aos mártires. À beira da pista, o acampamento chama a atenção da população e se soma ainda à Jornada Nacional de Lutas pela Terra do MST, que em memória ao massacre, durante todo o mês de abril se dedica a dialogar com a sociedade sobre o papel social da terra e a importância de ocupar latifúndios.

“Esse acampamento acontece desde 2006, então estamos há 18 anos, a juventude construindo esse acampamento aqui na Curva do S, esse local que para a gente é um local

sagrado. Ele vem com um caráter de memória, de luta e também de resistência. E estamos aqui também em apoio a todos os processos de ocupação que estão acontecendo tanto no estado quanto no Brasil”, explica Romario Rodrigues, da direção estadual da juventude do MST.

Apesar do massacre, o estado do Pará, território onde avançam as monoculturas, o agronegócio e as atividades de mineração, segue sendo um dos mais violentos no campo, com cinco assassinatos somente no ano de 2023.

“Em uma região como essa, marcada por muitas lutas, por processos de resistência de camponeses em defesa da reforma agrária e que lamentavelmente vitimou dezenas de lideranças de trabalhadores e trabalhadoras do campo, mais do que nunca, fazer esse ato, aqui na Curva do S em memória de Eldorado do Carajás, mas também de todos aqueles que tombaram ao longo dos anos aqui nessa região, é algo muito importante, para que isso nunca mais ocorra, de mortes e assassinatos no campo, e também para dizer que a paz no campo só é possível com a implementação da reforma agrária popular”, explica Ayala Ferreira, da direção nacional do setor de Direitos Humanos do MST.

Mulher negra, mãe solo, Maria Zelzuíta é uma das sobreviventes que ajuda a erguer o acampamento e, principalmente, a alimentar a juventude de sonhos e rebeldia, sob o comando da cozinha que serve cerca de 300 pessoas, transformando a dor e o luto, em luta por justiça aos companheiros assassinados e enterrados ali mesmo.

“O meu sentimento aqui nesse pedaço de chão não é de felicidade, é de raiva, é de revolta. Cadê a justiça que foi feita? São 18 anos e cadê a justiça? Só eles que estão ali debaixo do chão. Porque só o Oziel aparece e os outros nomes não aparece? Porque ele foi a criança, o mais massacrado, o mais torturado”.

Zelzuíta lembra da violência brutal da polícia naquele dia contra milhares de camponeses que marchavam rumo a Belém, onde iriam cobrar o direito a um pedaço de chão para viver. Naquele 17 de abril de 1996, hospitalizado, o filho pequeno avisou que sentiu que perderia a mãe.

“O pessoal veio em cima, né? Aí eu lembrei do que ele tinha me falado. Meu filho ia ficar sem mãe e já não tinha pai. Foi nessa hora que eu corri, levando mais duas criancinhas, que era do pessoal do meu grupo e tinha se perdido da mãe. E aí uma gritaria, sangue no meio da pista, pedaços de cabeça, de tudo. Então todo acampamento, no dia 9 quando a gente chega aqui, vem um filme na minha cabeça... isso é o que faz eu permanecer todos os anos no acampamento”, lembra Zelzuíta.

De 155 policiais militares que atuaram nos atos de violência brutal praticados no Massacre de Eldorado do Carajás, somente os dois comandantes da operação foram julgados e punidos, 16 anos após os crimes. A pena do coronel Mário Colares Pantoja foi de 228 anos de prisão, sendo apenas quatro deles em regime fechado e, logo depois, liberado para prisão domiciliar, mas ele faleceu no ano de 2020 por complicações de saúde relacionadas à covid-19. Já o Major José Maria Pereira Oliveira, foi condenado a 158 anos de prisão e também garantiu o direito de prisão domiciliar, enquanto os outros 155 policiais militares foram absolvidos.

Em celebração aos 40 anos do MST e em plena construção do 7º Congresso Nacional do movimento que acontece de 15 a 19 de julho deste ano, a direção nacional se fez presente no acampamento e reforça o papel de lembrar episódios de dor e luto da sua história para seguir avançando.

“A luta pela reforma agrária não é uma luta criminosa, não é uma luta ilegal. A luta pela reforma agrária é uma luta pela libertação da terra, das pessoas, pela honra dos nossos mártires. Então Eldorado do Carajás nos ensina que é preciso seguir acreditando, é preciso seguir sonhando, pela memória de todos os nossos mártires”, explica Ceres Hadich, da direção nacional do MST.

Até o momento, a Jornada Nacional de Luta pela Terra do MST contabiliza a realização de 30 ações diversas neste mês de abril, em 14 estados do país, mobilizando mais de 20 mil famílias. Desse total, são 24 ocupações de terra em 11 estados.

“É fundamental a gente anunciar, não só aqui no estado do Pará, não só aqui na Curva do S, mas em todo o nosso país, de que a luta, essa nossa luta, precisa seguir se fazendo, trazendo aquilo de mais libertador, aquilo que significa mais renascimento para o nosso movimento, que são as ocupações de terra. E que a nossa luta siga por mais quantos anos forem necessários, até que não tenha mais gente sem terra e terra sem gente”, conclui Ceres.

Data da notícia: **/04/2024**

Título: Senado volta a debater PEC para barrar militares na política

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/senado-volta-a-debater-pec-para-barrar-militares-na-politica/>

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que poderá restringir o acesso de militares da ativa a cargos políticos voltou a ser discutida no Senado.

Nesta quinta-feira 18, a Casa realizou uma sessão para debater o tema. A ideia da PEC é aumentar o tempo de serviço exigido para que membros das Forças Armadas possam concorrer em eleições sem que percam suas respectivas remunerações.

O Ministro da Defesa, José Múcio, fez uma defesa da PEC. Em audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Múcio usou a expressão “proselitismo do político” para caracterizar militares que se lançam a cargos, são derrotados e voltam aos quartéis.

“Quando nós mandamos para cá um projeto dizendo que nós incentivamos militares a ir para política, mas não voltar para os quartéis, é porque ele volta com proselitismo do político e começa a competir com o poder hierárquico do comandante dele”, afirmou o ministro na audiência.

Múcio é um dos articuladores da proposta, cujo autor é o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Atualmente, caso um militar seja eleito, ele pode manter os seus vencimentos, caso tenha mais de dez anos de serviço. Caso não seja eleito, ele pode retornar à ativa.

A PEC, por sua vez, torna as regras mais rígidas, propondo que militares sejam transferidos para a reserva – não remunerada – ao registrarem candidaturas. A exceção valeria para militares com mais de 35 anos de serviço.

Data da notícia: **19/04/2024**

Título: Beneficiários do bolsa família aumentam; 1% mais rico da população ganha 39 vezes mais que mais pobres

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/19/beneficiarios-do-bolsa-familia-aumentam-1-mais-rico-da-populacao-ganha-39-vezes-mais-que-mais-pobres>

As famílias que estão entre o 1% mais rico do país têm uma renda domiciliar 39,2 vezes maior do que a das famílias que estão entre os 40% mais pobres do país. Isso é que revela a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad) sobre o rendimento de todas as fontes divulgada nesta sexta-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados são referentes a 2023.

Segundo o IBGE, a desigualdade no Brasil “segue acentuada” mesmo com a ampliação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

De 2022 para 2023, a proporção de domicílios do país com algum beneficiário do programa federal saltou de 16,9% para 19% e atingiu um recorde da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Em 2019, esse percentual era de 14,3%.

No Maranhão, segundo o IBGE, 40,2% dos domicílios têm um beneficiário do Bolsa Família. Já em Santa Catarina, são 4,5% dos domicílios.

De 2019 a 2023, o rendimento por pessoa dos domicílios em que pelo menos um morador recebia o Bolsa Família cresceu 42,4% (de R\$ 446 para R\$ 635). Já nos domicílios em que não havia beneficiário do programa, o crescimento foi de 8,6% (de R\$ 2.051 para R\$ 2.227).

Ainda assim, os 10% da população com maior rendimento domiciliar per capita tinha uma renda, em média, 14,4 vezes maior que o rendimento dos 40% da população com os menores rendimentos em 2023. A desigualdade, apesar de alta, é a menor da série histórica da pesquisa. O valor máximo foi observado em 2018: 17,1 vezes.

Em 2023, os 10% mais pobres ficavam com 1,1% da massa de rendimentos do país. Já os 10% da população mais ricos ficavam com 41% da massa de rendimentos.

O rendimento dos mais pobres até cresceu mais do que a média de 2022 a 2023. A renda dos 10% com menor rendimento aumentou 12,4% contra 11,5% da média geral.

A renda dos mais ricos aumentou ainda mais. A renda dos 5% com maior rendimento aumentou 38,54%.

O índice de Gini do rendimento mensal real domiciliar per capita manteve-se em 0,518, o menor da série histórica e o mesmo valor de 2022. O Gini mais alto da série (0,545) ocorreu

em 2018. O indicador mede a concentração de renda e varia de zero (mínima igualdade) a um (máxima desigualdade).

Rendimentos em alta

De acordo com o IBGE, em 2023, a massa de rendimento mensal domiciliar per capita atingiu o maior valor desde 2012: R\$ 398,3 bilhões. O aumento foi de 12,2% ante 2022. Na comparação entre 2023 e 2019, ainda antes da pandemia, o crescimento foi de 9,1%.

O rendimento médio mensal domiciliar per capita também chegou ao maior valor da série histórica da pesquisa: R\$ 1.848, com alta de 11,5% ante 2022. Na comparação com 2019, houve crescimento de 6%. Naquele ano, o rendimento médio por pessoa era de R\$ 1.744.

A proporção da população com algum tipo de rendimento, seja ou não proveniente do trabalho, aumentou de 62,6% (ou 134,1 milhões) em 2022 para 64,9% (ou 140,0 milhões de pessoas) em 2023, um outro recorde. Em 2021, esse percentual era de 59,8% (127,1 milhões de pessoas), pior resultado da série registrado no auge da pandemia.

Outro recorde da série foi a proporção da população com rendimento habitualmente recebido do trabalho, que passou de 44,5% (ou 95,2 milhões de pessoas) em 2022 para 46,0% (ou 99,2 milhões) em 2023. O percentual mais baixo desse indicador ocorreu em 2020 (40,1% ou 87,4 milhões), também sob influência da pandemia.

Data da notícia: **21/04/2024**

Título: Ato de Bolsonaro no Rio de Janeiro reuniu 32 mil pessoas, calcula grupo de pesquisa da USP

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/ato-de-bolsonaro-em-rio-de-janeiro-reuniu-32-mil-pessoas-calcula-grupo-de-pesquisa-da-usp/>

A manifestação encabeçada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em Copacabana, no Rio de Janeiro, neste domingo 21, reuniu 32 mil pessoas em seu pico, às 12h.

A estimativa de público partiu do Monitor do Debate Político, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, coordenado por Pablo Ortellado e Márcio Moretto.

Às 12h, a contagem do grupo registrou 32.750 pessoas. Se comparado ao ato em São Paulo, Bolsonaro conseguiu menos da metade do público. Na capital paulista, em fevereiro, a estimativa foi de 185 mil participantes.

Os especialistas chegaram a esses números por meio de fotos aéreas e com o auxílio de um software.

A equipe tirou 35 fotos a cada rodada, entre as 10h e as 12h30, nove das quais foram selecionadas de forma a cobrir a extensão do ato, sem sobreposição.

Na sequência, cada foto foi repartida em oito pedaços – em cada parte, o Monitor aplicou um método chamado Point to Point Network, para identificar cabeças e estimar a quantidade de pessoas.

Na contagem de público, o erro percentual absoluto médio é de 12% para mais ou para menos nas imagens aéreas com mais de 500 indivíduos.

A Secretaria de Segurança Pública do Rio afirmou que não fez estimativa de público presente no ato.

Data da notícia: **22/04/2024**

Título: Em três anos, dos 69 policiais acusados de homicídios no Rio, apenas um foi condenado

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com>

Link da notícia:

<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2024/04/22/em-tres-anos-dos-69-policiais-acusados-de-homicidios-no-rio-apenas-um-foi-condenado.ghtml>

Entre 2016 e 2018, 69 policiais foram denunciados à Justiça do Rio por homicídios cometidos em serviço. A Promotoria considerou que os casos tinham indícios de execuções sumárias, excessos no uso da força ou até erros graves durante incursões em favelas, blitzes e abordagens. Ao todo, os agentes foram acusados pelas mortes de 46 pessoas —

entre elas, uma estudante de 13 anos baleada na escola, uma turista espanhola que visitava a Rocinha e um entregador de pizza. Passados ao menos seis anos, o arquivamento prevaleceu. Um levantamento feito pelo GLOBO a partir de dados fornecidos pelo Ministério Público do Rio, via Lei de Acesso à Informação, mostra que, até hoje, só um desses policiais foi condenado.

A maior parte dos casos já está arquivada: 50 agentes (72% do total) foram inocentados por decisões de juízes, sem que os casos tenham sido levados a júri popular. Outros quatro foram analisados pelos jurados e foram absolvidos. Um policial não chegou a virar réu, porque a denúncia contra ele foi recusada pela Justiça. Três morreram antes da sentença. Processos contra dez dos agentes ainda estão tramitando: oito estão na fase de audiências e outros dois vão a júri popular.

Sentença após 10 anos

O único policial condenado é o subtenente Francimar Brito da Silva, hoje reformado. Quando estava na ativa, em 2014, foi responsável pelo tiro de fuzil que matou Alex Sander da Silva Ramos, de 18 anos, na Vila Kennedy. O jovem voltava de uma festa, de moto, com um amigo na garupa, quando a patrulha do 14º BPM (Bangu) integrada por Silva deu ordem de parada. Segundos após o comando, o PM atirou duas vezes na direção da moto. Um dos disparos atingiu Alex Sander na parte de trás da cabeça. Ele morreu na hora.

Naquele dia, os policiais omitiram, em seus depoimentos, os disparos feitos por Silva e alegaram que foram atacados a tiros por ocupantes de outro veículo. A versão foi derrubada pelo depoimento do amigo de Alex Sander que estava na garupa da moto e por uma reprodução simulada feita no local do crime, concluindo que somente Silva havia atirado. No último dia 21 de março — mais de dez anos após o crime —, o 3º Tribunal do Júri da capital condenou o subtenente a 14 anos de prisão. Os outros três agentes da patrulha foram absolvidos sob a alegação de que não atiraram. Silva nega as acusações e vai recorrer em liberdade.

A maioria dos casos analisados, no entanto, percorreu um caminho diferente na Justiça. Dos 50 policiais que tiveram seus processos arquivados sem ir a júri, 31 foram absolvidos sumariamente — vários durante a única audiência do processo — após o juiz se convencer de que de fato houve tiroteio e os policiais agiram em legítima defesa. Outros 19 foram impronunciados, ou seja, o magistrado entendeu que não havia provas suficientes para levar o acusado a júri. Em nove dos 50 casos arquivados, a decisão do juiz contrariou o parecer do MP, que considerava haver provas suficientes para contestar a versão dos agentes.

Um desses processos culminou na impronúncia do tenente Geison Alves dos Santos, do Batalhão de Operações Especiais (Bope), que respondeu pelo homicídio do entregador de pizza Rafael Camilo Neris, de 23 anos. Em 28 de junho de 2015, o jovem estava a caminho da casa de parentes quando foi surpreendido por um tiroteio entre traficantes e PMs. O tenente alega que encontrou Rafael baleado. Uma reprodução simulada concluiu que a vítima foi atingida por quatro tiros nas pernas durante o confronto e, depois, já deitada no chão, foi executada com mais três disparos à curta distância nas costas.

Com base na prova pericial, a Promotoria pediu que Santos fosse levado a júri popular. Para o juiz Daniel Cotta, “não foram produzidos indícios suficientes a demonstrar que Santos tenha sido o autor dos disparos”. A decisão foi mantida em segunda instância. A mãe de Rafael, Lúcia Helena Camilo, não se conforma com o resultado do julgamento.

— Quando recebi a notícia da absolvição, senti como se meu filho tivesse sido morto novamente — lamenta Lúcia.

Na maior parte dos casos arquivados, as investigações se restringem aos depoimentos dos agentes e ao laudo cadavérico da vítima. Os policiais acabam denunciados porque a prova técnica não corrobora a versão dos agentes, mas chama a atenção a falta de produção de provas: alguns inquéritos passaram mais de uma década por gavetas de delegados e promotores.

Sem provas

É o caso da investigação que levou à denúncia dos PMs Djalmir Santos e Marcelo Carvalho da Silva pelo homicídio de Amauri Carvalho, em São Gonçalo, em 1998. O exame cadavérico mostrou que a vítima foi morta por um tiro de fuzil no alto do crânio, disparado de cima para baixo — dinâmica que contrapunha a versão de confronto dos agentes. Até dezembro de 2016, quando os policiais foram denunciados, nenhuma outra prova foi produzida. Santos morreu antes de o caso ser julgado, e Silva acabou absolvido.

— Nesses casos, a produção de provas deixa muito a desejar. O Ministério Público tem total condição de pedir complementação, novos exames, reproduções simuladas. Como isso não acontece, os inquéritos são capengas: há indícios de execução, mas não existe punição porque não se avançou na produção de provas — afirma o perito aposentado Cássio Thyone Rosa, que atua como assistente técnico da Defensoria Pública em casos de violência policial.

Entre os processos que ainda podem levar a condenações, há casos como o da menina Maria Eduarda da Conceição, de 13 anos, morta no pátio da escola, em 2017. Um cabo e

um sargento aguardam a sentença que decidirá se serão levados a júri. A Justiça já determinou que os casos de outros dois PMs serão avaliados por jurados: um sargento, réu por matar dois jovens ao confundir o macaco hidráulico com uma submetralhadora, em 2015, e um tenente que atirou no carro da turista espanhola Maria Esperanza Jimenez na Rocinha, em 2017. Eles aguardam em liberdade.

Procurada para falar sobre produção de provas, a Polícia Civil informa que, se houve denúncia nos casos, “é porque havia elementos suficientes de autoria e materialidade”. Sobre arquivamentos, diz ainda que “não cabe à Polícia Civil arquivar inquéritos policiais”.

Em nota, o MPRJ "esclarece que as investigações mencionadas na matéria resultaram em denúncias recebidas pelo Judiciário porque havia justa causa e, portanto, indícios suficientes de autoria e materialidade", e ressalta que "busca sempre aprimorar sua atuação, visando a garantia de uma investigação que esgote as diligências possíveis para a completa elucidação dos fatos investigados."

Nenhum dos policiais cujos casos ainda estão em andamento foi punido administrativamente dentro de suas corporações por conta dos crimes pelos quais estão respondendo. Três deles foram expulsos por outros motivos. Quatro estão afastados das ruas por decisão judicial, enquanto aguardam suas sentenças. Um já está na reserva.

Data da notícia: **24/04/2024**

Título: Pobreza e extrema pobreza atingem menores patamares no Brasil desde 2012, diz estudo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/24/pobreza-e-extrema-pobreza-atingem-menores-patamares-no-brasil-desde-2012-diz-estudo>

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que em 2023 a pobreza recuou em 25 estados brasileiros e no Distrito Federal, o que representa 96% das Unidades Federativas. Houve apenas uma exceção: o estado do Acre.

Os dados foram compilados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), vinculado à Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) do Espírito Santo. O levantamento mostrou também que houve queda na extrema pobreza em 25 estados. Nesse caso, as exceções foram Rondônia e o Distrito Federal.

Para critérios de classificação, são usados os valores definidos pelo Banco Mundial para definição de pobreza (famílias com rendimento diário de até US\$ 6,85 por pessoa) e extrema pobreza (rendimento diário de até US\$ 2,15 por pessoa). Com a conversão de acordo com critérios da Paridade do Poder de Compra (PPC), chegou-se aos valores de R\$ 664,02 e R\$ 208,42 por mês, respectivamente.

Segundo os dados apontados pelo IJSN, 27,5% das pessoas do Brasil estavam abaixo da linha de pobreza em 2023. É o menor índice da série histórica, iniciada em 2012. O ápice foi em 2021, quando 36,7% das pessoas estavam nessa condição.

Ainda de acordo com o mesmo levantamento, 4,4% das pessoas estavam em condição de extrema pobreza no país no ano passado, o que também marca o menor índice já registrado. A percentagem mais alta também foi registrada em 2021: 9% do total.

Estados

Santa Catarina é o estado com menor proporção de pessoas na pobreza, segundo o levantamento: 11,6%; seguido por Rio Grande do Sul (14,4%), Distrito Federal (15,6%) e São Paulo (16,5%). Por outro lado, Acre e Maranhão têm mais de metade de suas populações nessa condição, com 51,5% e 51,6%, respectivamente.

Em relação aos números de 2022, destaca-se a situação do Amapá, que teve redução de 29,8% no total de pessoas que ganham menos de R\$ 664,02 por mês. Na média brasileira, a queda foi de 12,6%. O Acre foi o único estado que teve mais pessoas nessa condição: aumento de 2,2%.

A taxa de extrema pobreza mostra o Rio Grande do Sul e Goiás com os menores registros de pessoas nessa condição: 1,3% cada. Santa Catarina tem 1,4%. O Maranhão (12,2%) e o Acre (13,2%) novamente têm os índices mais altos. A média brasileira é de 4,4%.

Apesar de ter uma das menores populações em extrema pobreza, quando levada em conta a proporção, o Distrito Federal viu um aumento de 11,8% das pessoas nessa condição de 2022 para 2023. Rondônia, a outra única UF com subida nesse registro, teve alta de 8,3%. A média brasileira foi de queda de 24,8%.

Data da notícia: **26/04/2024**

Título: Indígenas pedem discussão presencial no STF sobre suspensão do Marco Temporal

Fonte pesquisada: <https://www.cartacapital.com.br>

Link da notícia:

<https://www.cartacapital.com.br/justica/indigenas-pedem-discussao-presencial-no-stf-sobre-suspensao-do-marco-temporal/>

Lideranças indígenas tentam convencer os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) a transferir para o plenário físico da Corte a análise da decisão cautelar do ministro Gilmar Mendes, que determinou a suspensão do andamento processual de todas as ações judiciais que tratam da constitucionalidade do chamado Marco Temporal – tese jurídica segundo a qual os povos originários só têm direito aos territórios que ocupavam em outubro de 1988, quando a atual Constituição Federal foi promulgada.

“Precisamos disso. Ficaremos muito frustrados se isso não rolar. Porque esta é uma discussão que tem que ser feita no plenário físico, de portas abertas, com os povos indígenas sentados no plenário”, comentou o coordenador jurídico da Articulação dos Povos Indígenas (Apib), Maurício Terena.

Em sua decisão dessa segunda-feira (22), Mendes avalia que, em uma primeira análise, é possível concluir que “diversos dispositivos” da Lei nº 14.701, que o Congresso Nacional aprovou em setembro de 2023, instituindo o Marco Temporal, contrariam o parecer anterior do STF, segundo o qual o direito constitucional dos povos originários aos territórios tradicionais independem da existência de um marco temporal.

Apesar disso, além de suspender os processos judiciais acerca da constitucionalidade da lei que instituiu o Marco Temporal até que os demais ministros se manifestem sobre a questão,

Mendes determinou a instauração de um processo de conciliação, estabelecendo um prazo de 30 dias para que as partes se manifestem, apresentando suas propostas.

A decisão monocrática (ou seja, individual) frustrou o movimento indígena. Na terça-feira (23), um dos coordenadores da Apib, Kleber Karipuna, a classificou como “arbitrária”. Hoje, durante entrevista de imprensa, no Acampamento Terra Livre, em Brasília, Maurício Terena se referiu a ela como uma sentença “ambígua”.

“Se ele diz que é inconstitucional [que se choca com conclusão anterior da própria Corte], porque não suspende [a Lei nº 14.701. É uma decisão muito questionável”, afirmou. “E estamos avaliando que caminho [judicial] tomar, como, talvez, propor embargos de declaração”, acrescentou Maurício, criticando o julgamento do mérito da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC nº 87) por meio do plenário virtual.

“Eles [ministros] têm que decidir novamente a questão olhando na nossa cara, com a nossa participação [presencial]”, disse o coordenador jurídico da Apib, revelando que lideranças indígenas têm procurado alguns ministros a fim de sensibilizá-los. “A estratégia jurídico-política também é esta. Porque [a decisão cautelar de Gilmar Mendes] vai a referendo na semana que vem, mas se um ministro pedir destaque, [o item] sai do plenário virtual e vai para o colegiado [presencial]. Qualquer ministro pode pedir [destaque] e já solicitamos isso a alguns deles”, revelou Maurício.

Data da notícia: **26/04/2024**

Título: 'Sempre estivemos aqui!': povos indígenas divulgam declaração final do Acampamento Terra Livre 2024

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/26/sempre-estivemos-aqui-povos-indigenas-divulgam-declaracao-final-do-acampamento-terra-livre-2024>

O último dia de atividades do Acampamento Terra Livre (ATL) 2024, em Brasília, foi marcado pela divulgação de uma declaração conjunta, assinada pelas entidades que articulam o evento, que chegou à vigésima edição neste ano.

Com o título Terra, Tempo e Luta, o documento identificado como "Declaração Urgente dos Povos Indígenas do Brasil", publicado nesta sexta-feira, reafirma a luta dos povos indígenas contra o marco temporal e afirma, em letras maiúsculas: "NOSSO MARCO É ANCESTRAL! SEMPRE ESTIVEMOS AQUI!"

"A decisão deliberada dos poderes do Estado de suspender a demarcação das terras indígenas e de aplicar a lei 14.701 (Lei do Genocídio Indígena) equivale a uma DECLARAÇÃO DE GUERRA contra nossos povos e territórios. Isso representa uma quebra no pacto estabelecido entre o Estado brasileiro e nossos povos desde a promulgação da Constituição de 1988, que reconheceu exclusivamente nossos direitos originários, anteriores à própria formação do Estado brasileiro", destaca trecho do texto.

A Declaração destaca a presença de cerca de 9 mil pessoas, representantes de mais de 200 povos, que saíram de todas as regiões do Brasil rumo à capital federal para uma semana de atividades intensas. O volume de participantes mostra o crescimento e a importância cada vez maior do ATL, que, na edição inicial, em 2004, contou com 240 indígenas.

"Jamais aceitaremos a legalização do genocídio contínuo de nossos povos. Da mesma forma, repudiamos veementemente a abertura de nossos territórios a empreendimentos que contrariam a urgência da crise climática e do aquecimento global. Tais empreendimentos representam uma ameaça direta à mãe natureza, às florestas, aos nossos rios, à biodiversidade, à fauna e à flora, assim como a todas as riquezas e formas de vida que preservamos ao longo de milênios", destaca a declaração.

Confira abaixo o documento na íntegra:

Terra, Tempo e Luta

Declaração Urgente dos Povos Indígenas do Brasil

Nós, povos indígenas, somos o próprio tempo. Somos encantadores desse tempo que é como uma serpente, com muitas curvas, uma história que não pode ser simplificada como uma linha reta. Quem poderia imaginar que, após mais de cinco séculos de colonização e extermínio, estaríamos aqui, firmes como nossas florestas, entoando nossos cantos e tocando nossos maracás, em resistência pela vida e pelo bem viver de toda a sociedade. 20 anos de Acampamento Terra Livre! O primeiro, realizado em 2004, reuniu 240 indígenas. Hoje, em Brasília, estamos aqui com cerca de 9 mil pessoas, representando mais de 200 povos, que vieram de todas as regiões e biomas desse território brasileiro para dizer: 'NOSSO MARCO É ANCESTRAL! SEMPRE ESTIVEMOS AQUI!'

Entre os dias 22 e 26 de abril, estivemos na capital federal mobilizados para reivindicar nossos direitos! Nós da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em conjunto com todas as nossas organizações regionais de base, Apoinme, Arpinsul, Arpinsudeste, Aty Guasu, Comissão Guarani Yvyrupa, Coiab e o Conselho do Povo Terena, buscamos medidas efetivas que assegurem a proteção e o fortalecimento dos direitos indígenas, alinhadas com a dignidade e a justiça reivindicadas por nossos povos.

Começamos nossa mobilização histórica reivindicando 25 pontos, que estão na 'Carta dos Povos Indígenas do Brasil aos Três Poderes do Estado', com exigências para medidas urgentes. E finalizamos nossa mobilização reafirmando essas urgências! **NOSSO TEMPO É AGORA!** Já não podemos esperar mais tempo e precisamos de respostas concretas!

A decisão deliberada dos poderes do Estado de suspender a demarcação das terras indígenas e de aplicar a lei 14.701 (Lei do Genocídio Indígena) equivale a uma **DECLARAÇÃO DE GUERRA** contra nossos povos e territórios. Isso representa uma quebra no pacto estabelecido entre o Estado brasileiro e nossos povos desde a promulgação da Constituição de 1988, que reconheceu exclusivamente nossos direitos originários, anteriores à própria formação do Estado brasileiro.

Alertamos que essa ruptura intencional resultará no aumento das violências e das políticas e práticas de genocídio historicamente promovidas tanto pela sociedade quanto pelo próprio Estado contra os povos indígenas. Desde os períodos mais remotos da história até os dias atuais, incluindo o legado sombrio da ditadura militar, cujas consequências ainda ecoam em nossas vidas.

Também ressaltamos que, assim como fizeram nossos ancestrais, resistiremos até o fim, mesmo que isso signifique colocar em jogo nossas próprias vidas, para proteger o que é mais sagrado para nós: nossa Mãe Terra. Estamos comprometidos com o direito de viver com dignidade e liberdade, buscando o bem viver das gerações atuais e futuras dos nossos povos e da humanidade.

O que nos preocupa não é a morte. Esta, nós conhecemos de perto. Morte e vida são parte dessa serpente do tempo que transita sobre a terra, dentro das águas e na copa das árvores mais altas. O que nos preocupa é a covardia de quem tenta dominar o tempo indomável e busca lucrar com as nossas mortes. Nesta declaração afirmamos: **NÃO HÁ MAIS TEMPO PARA VOCÊS!**

Rejeitamos veementemente qualquer tentativa do governo federal de retomar políticas públicas sem garantir o essencial: a demarcação, proteção e sustentabilidade dos territórios indígenas em primeiro lugar. Qualquer iniciativa que não priorize esses aspectos será

apenas uma medida paliativa e insuficiente. É fundamental que a demarcação de terras seja respeitada e protegida, sem desvios ou manipulações, incluindo ações que visem desvirtuar esse processo, como as declarações recentes do presidente Lula. Os direitos territoriais dos povos indígenas são INEGOCIÁVEIS e devem ser preservados a todo custo.

No primeiro dia de mobilização do ATL, uma decisão do Ministro Gilmar Mendes, relator de ações sobre a Lei do Genocídio Indígena (14.701), evidenciou mais uma vez sua parcialidade favorável aos ruralistas e historicamente anti-indígena. Apesar de reconhecer que a Lei contraria decisões feitas pelo STF sobre terras indígenas, Mendes, ao invés de anular a Lei, ele suspendeu todas as ações que visam garantir a manutenção

dos direitos indígenas. Além disso, ele submeteu ao núcleo de conciliação do Tribunal a questão dos direitos fundamentais dos povos indígenas e mais uma vez afirmamos:

NOSSOS DIREITOS NÃO SE NEGOCIAM! O ministro quer assim dar sinal verde para os que querem invadir nossas terras passarem a boiada sobre nossas vidas. Diante dessa decisão anti-indígena que foi feita por um único ministro, RESTA SABER SE TODOS OS DEMAIS MINISTROS E MINISTRAS DO STF IRÃO SE ACOVARDAR OU IRÃO SER CONTRÁRIOS A ESSA DECISÃO DE MORTE!

Jamais aceitaremos a legalização do genocídio contínuo de nossos povos. Da mesma forma, repudiamos veementemente a abertura de nossos territórios a empreendimentos que contrariam a urgência da crise climática e do aquecimento global. Tais empreendimentos representam uma ameaça direta à mãe natureza, às florestas, aos nossos rios, à biodiversidade, à fauna e à flora, assim como a todas as riquezas e formas de vida que preservamos ao longo de milênios. Se há recursos disponíveis para compensar invasores, por que não utilizá-los para demarcar as Terras Indígenas? Se houver necessidade de comprar terras, que seja para reassentar os

invasores, e não deslocar nossos povos de suas terras originárias. PRESIDENTE LULA, NÃO QUEREMOS VIVER EM FAZENDAS! É preciso impedir que Rui Costa, Ministro Chefe da Casa Civil, siga “mandando” sobre as homologações de Terras Indígenas.

Não admitimos esta situação. Estaremos vigilantes para que o Presidente Lula cumpra o compromisso de instalar, em um período de 15 dias, uma Força-Tarefa, composta por Ministério da Justiça, Ministério dos Povos Indígenas, Secretaria-Geral da Presidência e Advocacia Geral da União, para dialogar com os Três Poderes e demarcar definitivamente todas as nossas terras. Esperamos, ainda, que essa Força-Tarefa conte com participação efetiva de nossos povos e organizações.

Lutamos pela terra, porque é nela que cultivamos nossas culturas, nossa organização social, nossas línguas, costumes e tradições. E, principalmente, está nas nossas terras e territórios o nosso direito de permanecermos indígenas. Somos cidadãos de direitos, somos nossos próprios representantes, aldeamos a política e continuaremos a demarcar o Brasil.

NOSSO MARCO É ANCESTRAL. SEMPRE ESTIVEMOS AQUI. E SEMPRE ESTAREMOS AQUI! SEM DEMARCAÇÃO NÃO HÁ DEMOCRACIA!

Acampamento Terra Livre, Brasília, 26 de abril de 2024

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme)

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpinsul)

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (Arpinsudeste)

Assembleia Geral do Povo Kaiowá e Guarani (Aty Guasu)

Comissão Guarani Yvyrupa

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)

Conselho do Povo Terena

Data da notícia: **27/04/2024**

Título: MST e outras entidades pressionam governo para que país cumpra sentença da Corte IDH sobre camponês morto pela PM em 2000

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/27/mst-e-outras-entidades-pressionam-governo-para-que-pais-cumpra-sentenca-da-corte-idh-sobre-campones-morto-pela-pm-em-2000>

Uma comitiva liderada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e pelas organizações Justiça Global e Terra de Direitos iniciou um trabalho de pressão sobre o governo federal para pedir que a gestão cumpra a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) que condenou o Estado brasileiro pela repressão policial que resultou na morte do camponês Antônio Tavares no ano 2000, no Paraná. O atentado também terminou com mais de 190 feridos, incluindo idosos e crianças. A decisão, publicada no mês passado, estabeleceu uma série de reparações e outras medidas. O Brasil tem um ano para cumprir as orientações do órgão.

Representantes das três entidades civis envolvidas no processo estiveram no Ministério dos Direitos Humanos (MDHC) na última quinta (25) para uma conversa com interlocutores ligados ao ministro, Silvío Almeida. A ideia era travar os diálogos iniciais e firmar acordos para acertar a viabilização do cumprimento das determinações. "Foi uma reunião para a gente ouvi-los e saber como o governo vai aplicar a sentença. Foi muito positivo ouvir do ministério todos os passos, os procedimentos, as normativas de aplicação da sentença. Combinamos que a aplicação tem que ser um esforço coletivo do MST, das demais entidades e do governo federal pra gente conseguir atingir a meta. Então, é um grande mutirão, uma soma de energias nessa perspectiva a partir de agora", disse ao Brasil de Fato Roberto Baggio, da direção nacional do MST pelo Paraná.

Em tese, em eventual caso de descumprimento da decisão, o governo não fica sujeito a um poder coercitivo, como ocorre diante de condenações emitidas pelo Poder Judiciário dentro do país, mas a Corte pode estabelecer sanções de ordem moral ao Estado brasileiro, que figura na lista dos 20 países que já reconheceram a competência do órgão. A Corte IDH é uma instância de decisão vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA).

Dentro do Brasil, cabe ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) acompanhar o cumprimento das medidas naquilo que compete às instituições do sistema de Justiça. O Ministério das Relações Exteriores (MRE) também deve monitorar os trâmites porque o Poder Executivo é o personagem-chave de todo o processo, pois é ele que responde pela execução das tarefas mais importantes.

Penalidades

No caso do agricultor Antônio Tavares, a Corte IDH entendeu que o país deve pagar indenização por danos materiais e imateriais às vítimas da repressão policial, fornecer tratamento de saúde gratuito aos familiares de Tavares e às demais vítimas do atentado e adequar o seu ordenamento jurídico em relação à competência da Justiça Militar para que não caiba mais a essa instância o julgamento de delitos praticados por militares contra civis.

"A sentença faz determinações muito contundentes e de cunho estrutural, afirmando que a Justiça Militar, tal qual existe no Brasil, é absolutamente incompatível com parâmetros internacionais e interamericanos. A Corte é categórica ao dizer que ela não pode ser competente para julgar absolutamente nenhum crime cometido contra civil", reforça a advogada Daniela Fichino, da Justiça Global.

O Estado deve ainda incluir, na grade de formação curricular das forças de segurança que atuam em manifestações públicas no Paraná, conteúdos sobre o respeito e a proteção da população civil, principalmente crianças e adolescentes, e sobre os padrões de uso da força em cenários de protestos populares. Por fim, cabe também ao país adotar providências para proteger o monumento em homenagem a Antônio Tavares, que foi colocado no município de Campo Largo (PR), na BR-277, local do crime, em maio de 2001. Projetada pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer, a obra foi reconhecida como patrimônio municipal histórico-cultural em 2023.

Outra obrigação imposta ao Brasil é divulgação do conteúdo da sentença para que ela seja amplamente conhecida por autoridades e instituições do Paraná, de forma que possa desestimular a ocorrência de outros casos semelhantes. "Depois de uma grande luta, que durou 24 anos, a justiça foi feita no sentido de restabelecer a verdade, de reconhecer que foi assassinado um militante pela Polícia Militar (PM), pelo aparato de segurança do estado. Essa justiça não foi assegurada no Brasil e a Corte nos deu, então, a possibilidade de ela ser feita agora. Por isso nós insistimos na ampla divulgação em todas as redes, aparatos de estado, instituições, para que saibam que há uma sentença que proíbe a violência política contra os trabalhadores", comenta Baggio.

Encaminhamentos

O governo federal iniciou o cumprimento da sentença nas últimas semanas. No dia 3 de abril, por exemplo, uma portaria assinada por Silvio Almeida deu publicidade ao caso no Diário Oficial da União (DOU), conforme determina a Corte IDH nesse tipo de decisão. A gestão também começou uma rodada de publicações em plataformas de comunicação que dão divulgação à sentença. Outras veiculações estão previstas para serem feitas nos próximos meses. Na reunião com as organizações civis, a equipe do ministério firmou ainda alguns encaminhamentos.

As entidades acordaram, por exemplo, que deverão encaminhar, nas próximas semanas, a lista de documentos das vítimas envolvidas no ataque da PM aos trabalhadores, bem como a de familiares de Antonio Tavares. O objetivo é começar a organização do processo de indenização, que tem pela frente um longo fluxo interno no Poder Executivo. Pela

determinação da Corte, todas as 197 vítimas oficialmente reconhecidas no processo devem ser indenizadas. As organizações também deverão listar os casos de trabalhadores que carecem de atendimento de saúde relacionado a danos provocados pela tragédia, de forma que essas informações serão repassadas ao MDHC para que haja outros encaminhamentos internos no governo federal.

Entre os demais pontos acordados está ainda a realização de um ato nacional no Paraná para dar visibilidade à sentença. A ideia é que essa agenda seja articulada pelo Executivo federal em diálogo com as entidades envolvidas e que o evento ocorra em 1º de maio de 2025, quando se completarão 25 anos do crime. "Até lá nós estaremos em mobilização permanente no sentido de que toda a sentença seja aplicada. E agora, no dia 2 de maio, vamos também fazer um ato em memória [do ocorrido] e de anúncio da sentença e, a partir daí, entraremos em um grande mutirão de preparação da aplicação de todas as partes da sentença, fechando isso com o grande ato nacional em 2024", afirma Roberto Baggio.

Segundo informou à reportagem a chefe de gabinete do ministro Silvio Almeida, Marina Lacerda, o teor e os encaminhamentos do encontro da equipe com as organizações civis serão repassados para o mandatário para que haja, na sequência, os devidos trâmites internos.

Simbologia

Para as entidades petionárias no processo, o resultado do julgamento do caso do assassinato de Antonio Tavares precisa ser interpretado à luz da simbologia da sentença. "É um caso paradigmático porque, apesar de a Corte já ter tomado decisões sobre vários casos de violência no campo, essa daqui tem uma dimensão coletiva. Há um reconhecimento da Corte de que há uma violência contra uma pessoa que perdeu a vida e contra uma manifestação de centenas de trabalhadores que foram violentados", destaca Darci Frigo, da Terra de Direitos.

"É urgente o cumprimento dessa sentença, primeiro, porque as vítimas estão há 24 anos esperando por justiça e, segundo, porque tem várias medidas que podem servir de parâmetro para não haver o efeito de repetição de ações e violações de direitos humanos da PM contra movimentos sociais. Inclusive, também é importante para que o país avance no processo de reconhecimento do direito de manifestação para que a gente avance ainda, com isso, no direito à reforma agrária", emendou Frigo.

A assessora jurídica Camila Gomes, coordenadora de Incidência e Litigância Internacional da Terra de Direitos, afirma que as organizações trabalham para evitar que o cumprimento da sentença por parte do poder público se resuma ao nível "burocrático". Ela assinala a

importância de a decisão da Corte IDH ajudar a promover uma mudança cultural nas instituições, de forma a superar o quadro de impunidade no Poder Judiciário do Brasil, inclusive para evitar que outros casos do tipo precisem ser levados a essa instância internacional. Em geral, o órgão só recebe processos relacionados a casos que já sofreram um esgotamento nas instâncias da Justiça nacional.

"A gente tem um acervo enorme de decisões e recomendações de órgãos e tribunais internacionais em matéria de direitos humanos e há um passivo de cumprimento. Então, a fase de implementação de uma sentença da Corte exige muitos esforços. O fato de a gente ter vindo aqui a Brasília para tratar disso é porque essa sentença vai precisar de muito engajamento. A gente não quer que aconteça com ela o que aconteceu com todas as outras da Corte IDH que versam sobre violência contra sem-terra", afirma.

Após a reunião da comitiva das organizações com o Ministério dos Direitos Humanos, o grupo afirma que irá buscar agora o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional de Justiça. As agendas ainda não têm nada para ocorrer.

O caso

O agricultor Antonio Tavares Pereira foi assassinado pela PM do Paraná em 2 de maio de 2000 durante o trajeto de mais de 1.500 militantes do MST que, na ocasião, viajavam à capital do estado para participarem da Marcha da Reforma Agrária, evento também relacionado à comemoração do Dia dos Trabalhadores. O comboio envolvia 50 ônibus e foi duramente reprimido pelas forças de segurança. Na época, o estado estava sob o comando de Jaime Lerner (Democratas).

A PM bloqueou a rodovia e proferiu uma série de tiros, sendo um deles o que vitimou Tavares. Os policiais não prestaram socorro aos trabalhadores. Morto aos 38 anos, o camponês deixou esposa e cinco filhos. Ele era assentado da reforma agrária em Candói, na região central do estado, e integrava o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município. O caso foi denunciado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) em 2004, após a Justiça brasileira ter arquivado o processo sem que os responsáveis fossem punidos. O caso foi admitido pela Corte IDH em fevereiro de 2021, até que se chegou à sentença dada pelo órgão em abril deste ano.

Data da notícia: **28/04/2024**

Título: Eleições 2024 serão base para aumentar presença de indígenas no Congresso em 2026, aponta Sônia Guajajara

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/28/eleicoes-2024-serao-base-para-aumentar-presenca-de-indigenas-no-congresso-em-2026-aponta-sonia-guajajara>

Mário Juruna foi o primeiro indígena eleito deputado federal no Brasil, em 1983. Ao longo dessas quatro décadas a demarcação dos territórios indígenas continua como pauta prioritária, mas outras demandas emergiram, como o aumento da participação de indígenas na política.

Desde 1986, quando o xavante Mário Juruna finalizou o mandato, o parlamento brasileiro só foi ocupado novamente por uma indígena em 2018, quando Joenia Wapichana, de Roraima, se tornou a primeira mulher indígena eleita deputada federal. A conquista de Juruna foi lembrada pela deputada federal Célia Xakriabá (Psol-MG) no debate sobre "Aldear a Política: Reparações e Ações afirmativas", que integrou a programação de sexta-feira (26) do Acampamento Terra Livre e tratou a respeito da participação de indígenas nos processos eleitorais do país.

Nas eleições de 2022, das 175 candidaturas de pessoas indígenas apenas cinco foram eleitos: Célia Xakriabá (Psol-MG), Juliana Cardoso (PT-SP), Paulo Guedes (PT-MG), Silvia Waiãpi (PL-AP) e Sônia Guajajara (Psol-SP), atual ministra dos Povos Indígenas. Waiãpi diverge política e ideologicamente dos demais, que já passaram a ser chamados de “bancada do cocar”.

"Nós entendemos que o principal resultado das eleições não é somente ganhar nas urnas, quando nós concorremos as eleições combatemos o racismo, porque quem vota em indígenas vota na luta dos povos indígenas", destacou Célia Xacriabá, que recebeu 101 mil votos em sua primeira disputa eleitoral.

A Deputada é autora de uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que candidaturas indígenas registradas por partidos e federações partidárias contem com distribuição proporcional, nos mesmos moldes estabelecidos às pessoas negras, de recursos financeiros oriundos do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, denominado Fundo Partidário, e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), além de tempo gratuito de rádio e televisão.

A consulta foi analisada como favorável pelo TSE em fevereiro deste ano, e o tribunal realizará estudos de impactos para a regulamentação do tema e analisará a implementação nas Eleições de 2024 ou em 2026.

“No TSE, nós conseguimos uma vitória importante. Na nossa candidatura, tivemos 10 segundos de tempo de televisão, não tínhamos fundo partidário para a questão indígena, concorreremos como candidaturas brancas, tínhamos apenas uma pequena cota porque éramos mulheres. Agora estamos na luta para que seja regulamentado ainda nesta eleição, mas nas eleições de 2026 terá candidatura indígena com condição de chegar no parlamento brasileiro porque terá tempo de TV e rádio, assim como o fundo partidário”, avaliou a parlamentar, que encorajou a plenária a participar das eleições municipais.

“E àquelas pessoas que no seu local, quando você for pedir apoio falarem que é cedo demais, falar para você esperar outro ano, pergunta se 524 anos é cedo. Quando falarem: será que vocês vai ganhar? Nós, povos indígenas, ganhamos porque entendemos que a única forma de combater o racismo é se fazendo presente nesse lugar, não perde aquele que tá junto do povo, não perde quem entra no projeto político da coletividade”, ressaltou.

Primeira mulher indígena eleita deputada federal e primeira presidenta indígena da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Joenia Wapichana falou da importância do debate das políticas públicas com a participação de indígenas. “Muitas vezes falavam que essa questão de política não nos interessa, porque é coisa do branco, por muito tempo ouvíamos isso, mas depois nós ficamos refletindo: o que é essa política? O que é a necessidade dos povos indígenas, porque se você não participa dessa discussão alguém vai discutir por nós. Temos o direito de votar e ser votado”, destacou.

Também eleita em 2022, com 156 mil votos, Sônia Guajajara é a primeira indígena ministra de estado do país. “A gente chega não só para ocupar um cargo, para ter uma presença física. A nossa chegada representa também o início da quebra desse racismo estrutural provocado pela ausência das representações indígenas nesses espaços. A nossa falta promove esse racismo institucional e estrutural presente até hoje. E por isso que quando a gente chega, promovemos o diálogo”, destacou.

Papel das Eleições Municipais 2024

Sônia Guajajara defendeu uma maior participação dos “parentes” na política partidária e lembrou dos retrocessos que Congresso Nacional tem aprovado nos últimos anos contra os povos indígenas, como o marco temporal para as demarcações. “É muito importante que o movimento indígena siga unido. A força do governo é uma, a força do movimento é outro”.

“Esse país não teria a mesma credibilidade internacional se não tivesse hoje a presença indígena compondo esse governo, então nós contribuimos para o fortalecimento da democracia. Estamos aqui para falar que queremos aumentar a presença de indígenas no parlamento, nos ministérios, nas prefeituras e também nas assembleias legislativas. Avançamos com indígenas no parlamento federal, mas ainda temos ausência de indígenas nas assembleias legislativas”, observou a ministra.

Para Sônia Guajajara é necessário que os povos indígenas fortaleçam as candidaturas nos municípios. “Nas eleições municipais, precisamos eleger vereadores, vereadoras, prefeitos e prefeitas, precisamos fazer a nossa base eleitoral para 2026, eleger deputados estaduais e aumentar a bancada do cocar no Congresso Nacional. Não podemos mais permitir que ignorem a nossa presença”, ressaltou.

Data da notícia: **30/04/2024**

Título: Reforma Trabalhista e Bolsonaro reduzem sindicalizados ao menor patamar da história

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/04/30/reforma-trabalhista-e-bolsonaro-reduzem-sindicalizados-ao-menor-patamar-da-historia>

A Reforma Trabalhista de 2017 combinada com os quatro anos de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) reduziram a quantidade de trabalhadores do país filiados a sindicatos ao menor número da história. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao final de 2022, pela primeira vez, o Brasil fechou o ano com menos de 10 milhões de sindicalizados – 9,1 milhões, exatamente – e também com menos de 10% de empregados associados a uma entidade de classe – 9,2%.

Em 2021, o número era de 10,6 milhões de filiados, o que correspondia a 11,2% da população ocupada. Já em 2012 –ou seja, dez anos antes –, o Brasil tinha 14,4 milhões de trabalhadores sindicalizados, os quais representavam 16,1% dos ocupados.

Esses dados foram levantados pelo IBGE durante a realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. Foram divulgados em setembro do ano passado e, até o momento, são o retrato mais atual de um movimento que vem sendo monitorado há anos por lideranças sindicais e pesquisadores, mas que se intensificou devido a mudanças na legislação trabalhista e à crise econômica enfrentada na gestão bolsonarista.

“Chegamos ao fundo do poço”, admitiu Ricardo Patah, presidente da central União Geral dos Trabalhadores (UGT) e também do Sindicato dos Comerciários de São Paulo, um dos maiores do país, em entrevista ao Brasil de Fato. “Enfrentamos uma convulsão da estrutura sindical, e o trabalhador acabou não vendo mais sentido a sua filiação.”

Reforma Trabalhista

Segundo Patah, a reforma trabalhista mexeu de forma brusca com a arrecadação dos sindicatos. Isso porque a nova legislação mudou a forma de cobrança do chamado imposto sindical, passando a exigir que somente trabalhadores que tivessem expressado formalmente o interesse em contribuir com as entidades tivessem o valor equivalente a um dia de trabalho por ano descontado de seus pagamentos – antes, o desconto era feito de todos que não se opusessem.

Desde então, entidades que representam trabalhadores perderam quase 99% do que recebiam referente à contribuição. Segundo o Ministério do Trabalho, em 2017, R\$ 2,233 bilhões haviam sido repassados a entidades laborais, incluindo federações, confederações e centrais. Em 2021, os repasses baixaram para R\$ 21,4 milhões.

“Ficamos sem recursos para prestar os serviços. A consulta médica, o dentista, o lazer”, lembrou Patah, justificando queda de filiados.

Bolsonaro

Aliada à essa crise, veio a crise econômica. Nos quatro de Bolsonaro, a economia brasileira cresceu 1,5% ao ano em média. Em 2020, ano da pandemia, o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a encolher 3,3%, com consequente aumento do desemprego.

Nesse cenário, lembrou Patah, os sindicatos pouco podiam fazer para pressionar empresas por aumentos reais de salários dos trabalhadores. Perderam, inclusive, parte de sua base já que muitos empregados formais foram demitidos. Acabaram encolhendo.

“No Brasil, o sindicato só representa o trabalhador formal. A informalidade e a rotatividade são problemas para os sindicatos, e isso acelerou”, acrescentou Fausto Augusto Junior,

diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Mais problemas

Segundo Augusto Junior, os sindicatos também sofrem hoje com a perda de identificação do trabalhador com sua categoria. “Há 30 anos, o metalúrgico perdia um trabalho da Ford, buscava outro trabalho como metalúrgico na Volks e, em último caso, tentava se recolocar numa autopeças. Hoje, ele sai de uma montadora e tenta emprego na construção civil, arruma um trabalho no comércio. Não está mais ligado a uma profissão”, explicou.

Patah, da UGT, afirmou que a tecnologia também acabou gerando trabalho para muitos empregados formais que foram desligados ano após ano de suas empregadoras. Citou, por exemplo, o caso dos aplicativos para motoristas e entregadores, para os quais 1,5 milhão de pessoas prestavam serviços ao final de 2022. Lembrou que eles não são sindicalizados, já que aos olhos da lei são trabalhadores informais.

Augusto Junior ressaltou ainda que, para os formais, atualmente, não há diferença prática para quem é ou não sindicalizado – o que não incentiva a filiação. Também por lei, ele diz que acordos sobre reajustes e outras melhorias fechados por sindicatos devem valer para toda categoria representada. Assim, mesmo não estando filiado ou contribuindo com a entidade sindical, um trabalhador acaba sendo beneficiado pela sua representação.

“Hoje, ser sindicalizado é uma decisão política”, complementou o economista. “O sindicato garante o direito de todos, mas hoje não consegue uma contribuição de todos.”

Reforma sindical

Augusto Junior defende uma reforma sindical que garanta o direito dos sindicatos de garantir sua sustentabilidade. Por meio dessa reforma, as entidades poderiam prever nos acordos coletivos que todos os trabalhadores beneficiados em negociações contribuíssem com parte de ganhos para manutenção de sua representação.

Propostas como essa, aliás, foram debatidas num grupo de trabalho criado pelo governo no ano passado para debater formas de fortalecer a negociação coletiva entre patrões e empregados. A expectativa era que desses debates saísse um projeto de lei que seria enviado ao Congresso Nacional, numa mini “contrarreforma trabalhista”. Esse projeto, porém, nunca foi formalmente apresentado ao público nem a parlamentares.

Patah disse que ainda espera do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ex-líder sindical, uma atitude em prol do fortalecimento dos sindicatos. Ressaltou que,

independentemente dela, o “pior já passou” para as entidades sindicais. Elas, aos poucos, estão encontrando formas para se manter e continuar zelando pelos trabalhadores.

Patah lembrou que, também por conta da situação econômica, 77% dos acordos salariais fechados no ano passado obtiveram aumentos acima da inflação para os trabalhadores. Isso, disse ele, voltou a despertar confiança dos empregados em suas entidades sindicais. A procura por filiação mudou por conta disso. “Acho que, em dois anos, conseguiremos estar num patamar igual ao de antes da Reforma Trabalhista”, disse.

Procurado pelo Brasil de Fato para comentar a situação dos sindicatos no país, o Ministério do Trabalho não se pronunciou.